



ARQUÉTIPOS MORAIS
ética na pré-história

Roberto Arruda

Segunda Edição –Ago 2020
ISBN 9798671145632
Tradução do original em inglês “The Blind Shadows of Narcissus
–a psychosocial study on collective imaginary” - Monee, IL, Jul
2020. Terra à Vista – SP
ISBN 9781698132297 ¹

Capa: foto gentilmente cedida por Andrew Seaman

O autor é filiado às seguintes instituições:

The American Philosophical Association (APA)

The British Society for Ethical Theory (BSET)

The Ancient Philosophy Society

The Metaphysical Society of America (MSA)

The Philosophical Society of England

The Social Psychology Network

The International Association of Language

and Social Psychology



(+55) 11 98381 3956 terra@vista.com.br

¹Formatação e referências: Guia de Estilo MHRA - Modern Humanities Research Association - 1 de janeiro de 2013 • 120pp - ISBN: 978-1-781880-09-8

ÍNDICE

Índice	3
Sinopse	5
Capítulo I - Introdução	10
Capítulo II – Métodos e Materiais	14
1 – Situação	14
2 – Método	16
3 – Materiais	17
4 – Processo	19
Capítulo III – Resultados	22
Capítulo IV – Teorias Tradicionais sobre a Origem da Moralidade	23
1- A Teoria do Comando Divino	23
2- Objeções à Teoria do Comando Divino	31
3- Outras Teorias sobre a Moralidade	38
3.1- A Teoria Kantiana	38
3.2 –A Teoria Utilitrista	42
3.3 Ética da Virtude	45
3.4- As Teorias Baseadas no Direito	42

3.5– O RelativismoMoral	47
3.6 – O Realismo Moral	49
Capítulo V –Uma Compreensão Evolucionária sobre as Origens da Moral	58
1- Considerações Preliminares	58
2– Natureza Arquetípica das Fundações Morais	64
2.1– Introdução	64
2.2– Conceito e Natureza dos Arquétipos	73
2.3-Transmissibilidade dos Arquétipos	86
Capítulo VI – Os Fundamentos Morais Básicos da Pré-História	95
1 – Introdução	95
2 – O Contexto Humano	96
3 – O Contexto do Imaginário e do Divino	118
Capítulo VII –Recomposição de um Sistema Moral Paleolítico ...	125
Capítulo VIII – Relações entre o Sistema Moral Paleolítico e a Sociedade Moderna	129
BIBLIOGRAFIA	140-163

SINOPSE

A tradição filosófica das abordagens da moral tem predominantemente como base conceitos e teorias metafísicas e teológicas. Entre os conceitos tradicionais de ética, o mais proeminente é a Teoria do Comando Divino (TCD).

De acordo com a TCD, Deus dá fundamentos morais à humanidade desde sua criação e por meio de revelações.

Assim, moralidade e divindade seriam inseparáveis desde a civilização mais remota.

Esses conceitos submergem em uma estrutura teológica e são principalmente aceitos pela maioria dos seguidores das três tradições Abraâmicas: judaísmo, cristianismo e islamismo, abrangendo a parte mais considerável da população humana. Mantendo a fé e a Revelação como seus fundamentos, as Teorias do Comando Divino não estão estritamente sujeitas a qualquer tipo de demonstração.

Os oponentes da concepção moral do Comando Divino, fundamentados na impossibilidade de demonstrar suas suposições metafísicas e religiosas, tentam há muitos séculos (embora sem sucesso) desvalorizar sua importância. Eles sustentam o argumento de que a teoria não mostra evidências materiais e coerência lógica e, por esse motivo, não pode ser levada em

consideração para fins científicos ou filosóficos. É apenas uma crença e, como tal, deve ser entendida.

Além dessas oposições extremas, muitos outros conceitos atacam as teorias do Comando Divino, de uma ou de outra maneira, em parte ou na totalidade.

Muitos filósofos e cientistas sociais, da clássica filosofia grega até a presente data, por exemplo, sustentam que a moralidade é apenas uma construção e, portanto, culturalmente relativa e culturalmente determinada. No entanto, isso traz muitas outras discussões e impõe o desafio de determinar qual é o significado da cultura, quais elementos da cultura são moralmente determinantes e, finalmente, quais são os limites dessa relatividade.

Os deterministas morais, por sua vez, afirmam que tudo relacionado ao comportamento humano, incluindo a moralidade, é determinado em suas causas, uma vez que o livre-arbítrio não existe.

Mais recentemente, os pensadores modernos argumentaram que existe uma rigorosa ciência da moralidade. No entanto, o método científico por si só, apesar de explicar vários fatos e evidências, não pode esclarecer todo o conteúdo e todo o significado da ética. A compreensão moral exige uma percepção mais ampla e um acordo entre os filósofos, que eles nunca alcançaram.

Todas essas perguntas têm muitas configurações diferentes, dependendo de cada linha filosófica, e

iniciam análises complexas e debates intermináveis, uma vez que muitas delas são reciprocamente conflitantes.

O universo e a atmosfera envolvendo esta estudo são os domínios de todos esses conflitos conceptuais, observados de um ponto de vista objetivo e evolutivo.

Independentemente dessa circunstância e de sua importância intrínseca, essas questões estão muito distantes da abordagem metodológica de uma discussão analítica sobre a moral objetiva, a qual é, de fato, o objetivo e o escopo deste trabalho.

Devemos revisitar brevemente essas importantes teorias tradicionais, porque esta pesquisa abriga um estudo comparativo, e suas suposições pelo menos diferem profundamente de todas as teorias tradicionais.

Portanto, torna-se necessário oferecer ao leitor, neste texto, elementos diretos e específicos de comparação para críticas válidas, dispensando pesquisas interruptivas.

No entanto, mesmo revisitando as teorias tradicionais, para esse objetivo de exposição comparativa e crítica, elas serão mantidas ao lado de nossas principais preocupações, como "*aliena materia*".

Independentemente da validade de qualquer um ou de todos os elementos dessa discussão e de seu significado como universo filosófico deste trabalho,

o objetivo do nosso estudo é demonstrar e justificar a existência e o significado de arquétipos morais pré-históricos surgidos diretamente dos princípios fundamentais, necessidades sociais e esforços para a sobrevivência. Esses arquétipos são a definição do fundamento essencial da ética, sua agregação ao inconsciente coletivo e organização lógica correspondente e transmissão aos estágios evolutivos do genoma humano e às diferentes relações espaço-tempo, independentemente de qualquer experiência contemporânea dos indivíduos. O sistema definido por esses arquétipos compõe um *modelo social humano evolutivo*.

Esta é uma posição metaética? Sim, ela é. Além disso, como em qualquer raciocínio metaético, devemos procurar cuidadosamente as melhores e coerentes rotas, como a Filosofia Analítica lhes oferece.

Desta forma, este trabalho deve demonstrar razoavelmente que a moral não é um produto cultural dos homens civilizados ou das sociedades modernas e que, apesar de estar sujeito a várias agregações e subtrações culturais relativas, seus fundamentos essenciais são arquetípicos e nunca mudaram estruturalmente. Esse raciocínio induz que a moralidade é um atributo primal do "homo sapiens"; não é uma propriedade e nem um acidente: integra a essência humana e pertence ao reino da identidade ontológica humana.

O fenômeno humano é um processo contínuo, desempenhando seu papel entre determinação aleatória e livre-arbítrio, e precisamos questionar como a moralidade começou e como chegou a nós no presente.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

A evolução é um processo que envolve variação cega e retenção seletiva.²

Demonstrar a estrutura arquetípica de todos os sistemas morais existentes é uma tarefa complexa. No entanto, essa demonstração seria importante? Com certeza é. A práxis filosófica e a investigação científica, limitadas aos elementos mostrados pela situação atual da relação espaço-tempo, geralmente são vulneráveis a conclusões errôneas. O mesmo se aplica a observações de situações de espaço-tempo diferentes da atual, sem a devida severidade metodológica. Dois exemplos muito claros são aplicáveis. O primeiro vem da filosofia grega clássica, afirmando que, inicialmente, a humanidade era muito melhor do que é no presente (400 aC) e adotando a teoria das três eras regressivas (ouro, bronze e ferro). O oposto aconteceu com alguns materialistas históricos radicais contemporâneos e sua afirmação de que a humanidade atual é muito melhor do que as sociedades antigas privadas de ciência e

² TD Campbell, "Variação e retenção seletiva na evolução sócio-cultural", em HR Barringer, BI Blanksten e RW Mack, eds., *Mudança social em áreas em desenvolvimento* Nova York: Schenkman, 1965. - 32.

tecnologia, baseadas em infraestruturas primitivas e vivendo nas sombras da ignorância, violência e misticismo.

Ambas as afirmações são o resultado inconsistente do viés da modernidade, e não encontram nenhum tipo de coerência razoável nem possibilidade de demonstração. Partes significativas dos estudos disponíveis sobre ética trazem vieses diversos e recorrentes em sua formulação.

Os conceitos, elementos e reivindicações contidos neste estudo não são de forma alguma novos nem revelam objetos desconhecidos. Não serão encontradas aqui descobertas, revelações, realidades não divulgadas, teorias surpreendentes, nem raciocínios complexos, e menos ainda a linguagem hermética própria para a erudição. A filosofia não é uma ciência investigativa nem um exercício de complexidade, mas apenas uma práxis contínua cuja intenção é apenas pensar nas coisas da melhor maneira. Os filósofos não têm a necessidade nem a oportunidade de serem únicos. Eles precisam somente ser coerentes. O objetivo deste trabalho é sugerir uma maneira adequada de pensar a moralidade sem a contaminação de questões metafísicas: uma maneira filosófica de tratar um objeto filosófico a partir de uma posição objetiva. Essa escolha é o fundamento da simplicidade (e dificuldade) deste trabalho. No programa "Introdução à Filosofia" , da Universidade de Edimburgo, o Prof. David Wour e o Prof. Duncan Pritchard, por meio de sua metodologia didática , mostram como os

trabalhos acadêmicos, tanto quanto possível, devem ser escritos para a compreensão de todos, não exclusivamente para os adeptos altamente especializados em dialetos acadêmicos.

Em muitas vertentes da filosofia analítica, essa simplicidade é a veste da clareza, conforme exposto por Matthew McKeever:

Ao tentar entender os caprichos do uso da linguagem, da moral ou da própria realidade, os filósofos analíticos freqüentemente produzem esse tipo de justaposição criativa de idéias cuja mera contemplação deve atrair qualquer pessoa com gosto por visões ousadas da realidade. Portanto, da próxima vez que você tiver um iene para a filosofia, mas for posto de lado pela prosa túrgida e por premissas numeradas, pense em perseverar, na esperança de encontrar, como Keats, a verdade e a beleza . ³

Uma das atribuições mais debatidas de epistemologia e ontologia já conhecidas é resumida em apenas três palavras: "Cogito, ergo sum" - René Descartes (1596 - 1650). O lema de Descartes é uma busca da verdade filosófica, e isso é beleza. Certamente, o raciocínio e a demonstração que adotaremos devem considerar uma estrutura metodológica apropriada e integrativa, não limitada ao pensamento filosófico, nem os elementos

³ McKeever, Matthew - A beleza da filosofia analítica.
<https://mipmckeeper.weebly.com/things-ive-written.html>

científicos disponíveis fragmentados resultantes da observação empírica da realidade material.

Juntamente com a história humana, muitas teorias e conceitos diferentes buscaram entender e explicar os fenômenos morais e, desde que todos eles significam uma contribuição válida e construtiva para a iluminação desses estudos extremamente complexos, nenhum deles deverá ser ignorado, compreendido de maneira errônea, desprezado ou referido com estereótipos, vieses pessoais ou preconceitos. Eles são o universo deste trabalho. Por essas razões, não é possível avançar com nosso estudo sem revisitar esse acervo tão rico da cultura humana, embora de uma maneira muito simplificada e concisa, imposta pelos limites muito estreitos deste texto. Vamos tentar resumir esta visita, tornando-a o mais curta possível. Após chegar aos resultados desta releitura, será possível para qualquer um analisar o grau de compatibilidade entre nossas idéias e as teorias filosóficas tradicionais, exercitando suas críticas e construindo sua opinião autônoma.

CAPÍTULO II

MÉTODO E MATERIAIS

1. Situação.

Neste trabalho, entendemos a “pré-história” como o período paleolítico (de 3,3 milhões a 11,650 anos atrás), desde o uso conhecido mais antigo de ferramentas de pedra por homínios até o final do Pleistoceno .

Eventualmente, podemos levar em consideração períodos anteriores, quando o assunto o recomendar, e nossa pesquisa encontrar elementos materiais.

As razões para eleger o Paleolítico como o universo cronológico deste estudo são diversas.

A mais geral é o fato da metodologia adotada buscar contextos o mais remotos possível, totalmente isolados de qualquer vestígio da influência de elementos da civilização, e o mais próximo possível do advento primal da humanidade.

Estamos falando de arquétipos muito remotos.

O paleolítico é o período mais antigo do desenvolvimento do *Homo sapiens* e a fase mais prolongada da história da humanidade. Uma das características mais críticas do período são os sucessivos episódios evolutivos da espécie humana, causando muitas mudanças no nossop

genoma, que vão de uma criatura simiesca ou quase humana ao *Homo sapiens* definido . A evolução é particularmente vital para os estudos neurocientíficos sobre o desenvolvimento do cérebro humano e os mecanismos correspondentes envolvidos na constituição dos arquétipos mais remotos. Durante o Paleolítico, o nascimento da humanidade aconteceu, e somente nesta janela de tempo podemos contemplar suas características verdadeiramente originais.

A população humana, durante todo esse longo período, foi muito escassa. Os estudiosos modernos calcularam essa população não passava de um milhão de indivíduos. Pequenos grupos nômades se espalhavam progressivamente por uma área geográfica muito extensa. As sociedades paleolíticas praticavam uma economia baseada em uma atividade de grupo e partilhada de caça . Os seres humanos caçavam animais selvagens em busca de carne e reuniam comida, lenha e materiais para suas ferramentas, roupas ou abrigos.

Fatores de extrema importância para a existência de quaisquer princípios morais começaram durante o período, como a capacidade de abstração, a capacidade de interpretação semiótica dos símbolos e o nascimento da comunicação oral usando códigos sonoros e visuais - os primeiros traços da linguagem lógica e da sintaxe.

A conjunção de todas essas características evitou a dispersão dos elementos materiais que são úteis

para a constituição dos contextos destinados a fundamentar nossa análise, apesar da vasta área geográfica explorada por nossos ancestrais remotos.

Nosso universo cronológico termina com o advento do período neolítico, 11.650 anos atrás. O advento do período neolítico interrompeu todas essas características sociais por causa do que os cientistas chamam de "revolução neolítica", representada pelo surgimento da agricultura, o assentamento de populações em territórios definidos e o início da urbanização. Todos os elementos neolíticos são totalmente estranhos aos contextos primitivos que procuramos e, mesmo quando os consideramos parte da pré-história, para nossa tese, o neolítico é um "período moderno".

Portanto, apenas neste trabalho, a pré-história terminou 11.650 anos atrás.

Todos esses ingredientes nos ajudarão na definição dos diversos contextos exigidos pela metodologia adotada.

2. Método

Adotaremos predominantemente conceitos de Filosofia Analítica baseados em métodos epistemológicos. Nesse caso, isso significará enfatizar a precisão, a intensidade e a profundidade de um argumento específico, e afastar-se de toda a discussão imprecisa ou inconclusiva de tópicos de natureza geral. As características essenciais a serem adotadas são: (i)

ênfase na clareza; (ii) empregar argumentos rigorosos; (iii) a cautela no emprego da metafísica, independentemente de suas relações com questões comportamentais humanas; iv) desprezo pelo obscurantismo, pelo imaginário, vieses ou suposição de qualquer natureza; v) argumentos sólidos, além da inclusão de contribuições auxiliares de muitas outras fontes não filosóficas.

A metodologia admite que o uso constante de raciocínio coerente e convincente, incluindo a contribuição de ciências, tais como, mas não limitadas a arqueologia social, paleoantropologia, história, psicologia social e cognitiva, ciências do comportamento, e muitas outras.

Referindo-se a esses elementos científicos, preferimos os mais acessíveis e simples, porque sua adoção neste estudo filosófico é complementar e visa, apenas, fundamentar a validade e a cogência de argumentos diante de elementos conhecidos do mundo empírico experimental. As razões mais consistentes para a adoção desses elementos auxiliares são: (i) a aceitação do raciocínio indutivo, (ii) a existência de somente poucos elementos materiais, (iii) as características do objeto do nosso estudo (antiguidade, as populações nômades, e ausência de elementos materiais escritos e traços urbanos) .

3. Materiais

Olhando para o passado remoto, a Filosofia não anda mais sozinha.

Atualmente, Arqueologia e Antropologia encontram suas bases em teorias avançadas e métodos específicos, ocupando uma posição relevante em todas as questões das ciências sociais, de uma maneira muito mais sofisticada do que no passado.

As metodologias inovadoras das atuais pesquisas arqueológicas multiscalares oferecem perspectivas muito mais profundas sobre mudanças antigas nas estruturas sociais humanas e trazem evidências materiais de variações que afetam o comportamento humano e sua interação em contextos de tempo e espaço muito distantes.

A Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos da América publicou o artigo "Arqueologia como ciência social", de Michael E. Smith⁴, Gary M. Feinman⁵, Robert D. Drennan⁶, Timothy Earle⁷, e Ian Morris⁸ em que os autores afirmam que

Para os interessados em modelar mudanças de longo prazo nos fenômenos socioeconômicos ou compreender o profundo conhecimento

⁴ Professor Associado, Departamento de Fitopatologia, Universidade da Flórida.

<https://www.pnas.org/content/109/20/7617>

⁵ MacArthur Curador de Antropologia, The Field Museum

⁶ Professor emérito do Departamento de Antropologia da Universidade de Pittsburgh.

⁷ Presidente do Departamento de Antropologia e Presidente da Divisão de Arqueologia da Associação Americana de Antropologia.

⁸ Departamento de Clássicos. Universidade de Stanford

das práticas modernas, acabaram os dias de especulações fantasiosas sobre o passado, feitas com base apenas no senso comum ou em especulação não crítica do presente . As descobertas da arqueologia derivadas de escombros estão agora fornecendo um relato empiricamente sólido do que as pessoas fizeram e como organizaram seus interesses no passado distante.⁹

Nosso argumento levará em consideração esses elementos empíricos e demonstrados como um dos seus fundamentos. A contribuição mais importante vem de todos os conteúdos semióticos não lingüísticos que essas ciências podem oferecer para serem interpretados, como restos humanos, enterros antigos, sacrifícios humanos, restos de animais, artefatos rituais, locais habitados no período e elementos materiais com conteúdo semiótico simbólico (como petroglifos e outros).

4. Processo .

Como essas evidências fragmentadas e elementos dispersos podem ser relevantes e determinantes neste estudo, agregando conclusões ao raciocínio filosófico?

⁹ Proc Natl Acad Sci USA . 2012 15 de maio; 109 (20): 7617-7621 . Publicado em 30 de abril de 2012. doi: 10.1073 / pnas.1201714109 e Michael Tomasello // Uma História Natural da Moralidade Humana, <http://eprints.lse.ac.uk/73681/1> /bjpsbooks.wordpress.com-Michael%20Tomasello%20% (acessado em 30 de junho de 2019).

O método de contextualização será empregado aqui. Este método, em suas diversas variações, foi aplicado com sucesso em filosofia e ciências sociais. O ponto de partida é a definição de vários contextos específicos e independentes compostos por elementos evidentes da mesma situação espaço-temporal trazidos da contribuição de várias ciências. Em cada um desses contextos, as relações necessárias de causalidade e correlação são logicamente consideradas obrigatoriamente presentes (empregando evidências ou conhecimentos preexistentes), apesar de ainda serem desconhecidas. A partir daí, processos dedutivos e indutivos podem demonstrar convincentemente a existência ou inexistência do objeto da pesquisa.

No caso deste estudo, isso ocorrerá como o exemplo epistemológico da partida de futebol. A partida de futebol ocorreu há dois anos e é o contexto de nossa pesquisa. Este contexto será o nosso quadro. O único elemento material que temos é uma foto colorida. Na foto, podemos ver alguns dos jogadores em um movimento aparente, uma parte do campo, alguns espectadores, um homem com um uniforme preto muito diferente daqueles usados pelos jogadores, que supostamente poderia ser o árbitro - e nada mais. No entanto, estamos procurando uma bola, e a imagem não mostra uma bola. No entanto, a existência de uma bola é uma condição "sine qua non" para a existência de uma partida de futebol em andamento (um elemento material específico sem o qual o contexto não poderia existir). Portanto, de maneira muito convincente,

podemos afirmar: "uma bola está sendo usada nesta partida", apesar de não ser visível.

O método adota a idéia epistemológica de que "a demonstração da existência do todo contém a demonstração da existência de todas as suas partes essenciais". Esse conhecimento inferencial é considerado por Bertrand Russel,¹⁰ uma vez que uma investigação da realidade observada por este trabalho não pode usar nenhuma interação baseada na experiência e depende de muitos elementos referenciais e descritivos.

Na aplicação deste método, construiremos contextos coerentes com evidências fragmentadas relacionadas à mesma situação espaço-temporal, de tal forma que nenhum desses contextos seria possível sem a existência de princípios morais - a bola com a qual jogaremos .

Estamos procurando a bola e, nesse caso, a bola é qualquer princípio moral essencial à existência do contexto. Após sua identificação, todos os fundamentos morais que podemos trazer para a evidência podem ser organizados e analisados em um sistema moral: o suposto e possivelmente existente sistema moral da pré-história.

¹⁰ Russel, Betrand - "Conhecimento por familiaridade e conhecimento por descrição" *Proceedings of the Aristotelian Society*, 11: 108-128., 1912, *The Problems of Philosophy*, Oxford: Oxford University Press.

CAPÍTULO III

RESULTADOS

Neste estudo iremos:

a) Argumentar que a ética é uma questão filosófica multidisciplinar e autônoma e, apesar de suas interações com outras estruturas filosóficas, como a metafísica e a ontologia, podemos entendê-la melhor quando a vemos como um fenômeno social sujeito à observação analítica, a partir de uma visão metodológica específica.

b) Demonstrar que a moralidade é um sistema arquetípico e mantém seus fundamentos inalterados desde a experiência humana mais remota, sendo plausível considerá-lo como um atributo primal do "homo sapiens", embora de alguma forma culturalmente relativo e adaptável à evolução social e tecnológica.

c) Demonstrar que entender a moralidade impõe uma retrospectiva das origens desse arquetipo e de seu conteúdo arcaico.

d) Demonstrar como esses arquetipos evoluíram até os dias atuais através de mecanismos evolutivos genéticos e neurais.

e) Recompilar o sistema moral pré-histórico e compará-lo com os modelos e comportamentos morais, sociais, econômicos e políticos modernos.

CAPÍTULO IV

TEORIAS TRADICIONAIS SOBRE AS ORIGENS DA MORALIDADE

1 - A Teoria do Comando Divino .

A Teoria do Comando Divino (também conhecida como "voluntarismo teológico", "subjetividade teísta " ou simplesmente TCD) é uma teoria metaética que afirma que a moral é uma consequência do desejo de Deus e que existe uma obrigação moral universal de obediência. aos mandamentos de Deus. A revelação transmite os mandamentos de Deus para a humanidade, e seu conteúdo reside nos livros e e demais textos sagrados.

Podemos entender o TCD como pertencente ao absolutismo moral , o qual sustenta que a humanidade está sujeita a padrões absolutos que determinam quando os atos são certos ou errados. O absolutismo moral, por sua vez, coloca-se sob a égide da ética deontológica , que ensina que as ações são morais ou não baseadas em sua adesão a determinadas regras. Essa é a razão pela qual a TCD parece muito próxima da filosofia do direito.

A teoria do comando divino diz que um ato é moral se segue o mandamento de Deus. Os mandamentos de Deus ditam o certo e o errado -

o que Deus diz que deve ser feito é certo, e o que Ele diz para não fazer é errado. A intenção humana, a natureza humana, nem o caráter humano são a base da moralidade. A consequência da ação também não qualifica seu conteúdo moral, que considera fundamentos apenas aquilo que Deus diz.

A maioria dos seguidores das três tradições abraâmicas aceitou universalmente essa teoria teocêntrica, metafísica e deontológica: judaísmo, cristianismo e islamismo. O conteúdo específico desses comandos divinos varia de acordo com a religião particular e as visões particulares da teorização individual, o que atribui uma relatividade específica aos conceitos de comandos, mantendo, no entanto, a estrutura uniforme de seus fundamentos.

Muitas versões da teoria surgiram desde suas formulações originais. A teoria afirma que a verdade moral não existe independentemente de Deus e que seus mandamentos divinos determinam a moralidade. Concepções mais rigorosas da DCT afirmam que a ordem de Deus é o único princípio para que uma boa ação seja moral e valiosa e, por seu turno,, as variações mais concessivas da teoria indicam que a ordem divina é um componente vital dentro dos arrazoados mais significativos.

Sendo de alguma forma relativa, a TCD teve a total aceitação de muitos filósofos e teólogos importantes, principalmente no mundo cristão, durante os últimos vinte séculos, incluindo Santo Agostinho, Santo Tomás de Aquino, René

Descartes, Guilherme de Ockham, Blaise Pascal, Martin Luther, Philip Quinn e Robert Adams.

Os fundamentos da TCD também permearam a tradição muçulmana por séculos¹¹, embora os estudiosos modernos refutem as idéias contemporâneas de que o Islã seja um caso definido de voluntarismo ético.¹² Considerando que os conceitos morais tradicionais da cultura judaica são teocêntricos, como no cristianismo e na cultura islâmica, com certeza, a teoria encontrou seu lugar entre filósofos e pensadores religiosos judeus.

No entanto, hoje em dia, como acontece com o pensamento islâmico, os estudos judaicos modernos recusam a idéia de generalização e permanência de tal influência. Avi Sagi e Daniel Statman¹³ afirmam que devemos esperar que as formulações da TCD sejam fundadas no judaísmo, considerando sua presença no cristianismo e no islamismo. No entanto, os autores demonstram que nos textos judaicos, ao contrário dessa suposição,

¹¹ Abdullah Sliti (2014) *Ética Islâmica: Teoria do Comando Divino no Pensamento Árabe-Islâmico, Islã e Relações Cristão-Muçulmanas*, 25: 1, 132-134, DOI: 10.1080 / 09596410.2013.842089

¹² Al-Attar, Mariam. (2010). *Ética Islâmica: Teoria do Comando Divino no Pensamento Árabe-Islâmico*. 1 Avi Sagi e Daniel Statman - *Moralidade do Comando Divino e Tradição Judaica no The Journal of Religious Ethics* vol. 23, No. 1 (Spring, 1995), pp. 39-67 / 0.4324 / 9780203855270

¹³ Avi Sagi e Daniel Statman - *Moralidade do Comando Divino e Tradição Judaica no The Journal of Religious Ethics* Vol. 23, No. 1 (Spring, 1995), pp. 39-67

essa presença não é confirmada e, que alguns textos até se opõem aos conceitos da TCD. Tentando demonstrar a ausência da teoria, eles afirmam que o caráter moral e racional de Deus segundo o judaísmo, bem como a natureza racional de "halakha", não configuram bases suficientes para aceitar a tese do TCD.

Independentemente de suas muitas variações, os fundamentos de todas as doutrinas filosóficas do Comando Divino se ligam inicialmente à idéia central da existência de uma Lei Natural, uma das questões mais controversas da cultura e do pensamento humano desde o seu início.

Formalmente, a lei natural é compreensível com simplicidade, e podemos reduzi-la ao enunciado de suas fundações originais. No entanto, a importância desses conceitos para qualquer exercício filosófico relacionado à moral impõe ampla atenção ao seu significado. Além disso, o conceito de moralidade sob a teoria do direito natural não é subjetiva. Portanto, a definição do que é "certo" e do que é "errado" é a mesma para todos, em qualquer lugar, pois persiste em todas as teorias deontológicas.¹⁴

Essa abordagem da TCD com as tradições do direito natural acentua sua estrutura mandamental e traz uma imersão inevitável na

¹⁴ Brittany McKenna em Teoria do Direito Natural: Definição, Ética e Exemplos - <https://study.com/academy/lesson/natural-law-theory-definition-ethics-examples.html#transcriptHeader>

ética prática, conforme explicado por Felix Ayemere Airoboman¹⁵ :

A teoria do comando divino parece embaçar a diferença entre lei e moralidade. Postula suas reivindicações como se a lei de Deus representasse a moralidade humana. O que Deus deu a um homem é lei, assim como uma nação dá seus estatutos a seus cidadãos através de sua constituição. O não cumprimento da lei, seja do homem ou de Deus, é contido pela ameaça. Mas a moralidade nasce do livre arbítrio ou livre ação do agente moral, independente da lei ou ameaça. No entanto, a teoria do comando divino tem o mérito de abordar alguns problemas de moralidade inerentes a outras teorias éticas

A teoria do comando divino, bem como as idéias da lei natural, são amplamente refutadas de várias maneiras. Neste trabalho, não discutiremos a validade das oposições aos conceitos do Comando Divino do ponto de vista de qualquer viés associado a conflitos entre religião, filosofia e ciência, geralmente levados em consideração nesta discussão. Para os olhos da moderna vertente da Filosofia Analítica adotada pelo autor, ciência e religião não devem entrar em conflito. A

¹⁵ Ewanlen . Um jornal de inquérito filosófico. "3. 1.1 (2017): 17–31. Felix Ayemere Airoboman - uma reflexão crítica sobre a teoria da moralidade do comando divino

ciência é um processo mental da racionalidade humana e nunca conseguirá negar a existência de Deus. Por outro lado, manter ou negar a ciência nunca foi o significado ou o escopo da religião. O conflito entre ciência e religião é principalmente um viés pessoal ou ideológico muito equivocadamente de filósofos, cientistas ou pensadores religiosos.

Eduard Osborne Wilson¹⁶ disse uma vez que não é produtivo opor-se à ciência e à religião, porque são as duas forças mais poderosas do mundo. Abdulla Galadari¹⁷ enfatiza que os cientistas nunca seriam cientistas se não fossem teólogos ao mesmo tempo e vice-versa. Eles são complementares, atestam e justificam um ao outro

A oposição mais vigorosa e conhecida à Teoria do Comando Divino é um argumento repetitivo de refutação implícita conhecido como "o dilema de Eutíforo".

O dilema baseia - se em perguntas sequentes de um diálogo socrático, cujos eventos ocorrem nas semanas anteriores a seu julgamento (399 aC), entre Sócrates e Eutíforo, o qual veio para apresentar acusações de assassinato contra seu próprio pai.

Sócrates pergunta a Eutíforo: "Os atos moralmente bons são desejados por Deus porque são

¹⁶ Eduard Osborne Wilson em <https://www.age-of-the-sage.org/science-versus-religion-debate.html>

¹⁷ Galadari, Abdulla. (2011). Ciência versus religião: o debate termina.

moralmente bons ou são moralmente bons porque Deus os deseja?"

Cada uma dessas duas possibilidades leva a consequências que a teoria do comando divino não pode aceitar. De qualquer maneira que o teórico do comando divino responda a essa pergunta, ele refutaria sua própria teoria. É possível formular esse argumento da seguinte maneira:

(1) Se a teoria do comando divino é verdadeira, então (i) os atos moralmente bons são desejados por Deus porque são moralmente bons, ou (ii) os atos moralmente bons são moralmente bons porque Deus os deseja.

(2) Se (i) atos moralmente bons são desejados por Deus porque são moralmente bons, então eles são moralmente bons independentemente da vontade de Deus.

(3) Não é verdade que os atos moralmente bons sejam moralmente bons, independentemente da vontade de Deus. Portanto:

(4) Se (ii) atos moralmente bons são moralmente bons porque Deus deseja, então não há razão para se preocupar com a bondade moral de Deus ou para adorá-lo.

(5) Há razões para se preocupar com a bondade moral de Deus e para adorá-lo. Portanto:

(7) Não é o caso que (ii) atos moralmente bons são moralmente bons porque Deus os deseja. Portanto:

(8) A teoria do comando divino é falsa.

Esse argumento é o tipo de "batalha de silogismos", difundida em algumas discussões filosóficas. Alguns deles abrigam importantes verdades filosóficas. Alguns outros, no entanto, são enganosos, significando apenas falácias inúteis ou estéreis. Um exemplo é um argumento popular chamado "um cérebro em um frasco de laboratório", oferecido pelos deterministas radicais e outros céticos. De qualquer forma, toda "batalha de silogismos" tem em comum a característica essencial de estar estritamente limitada à lógica formal dentro de um conteúdo linguístico. Fazer filosofia usando essa camisa de força é o mesmo que conceber o pensamento humano como uma simples calculadora digital: algo que entenda tudo sobre sintaxe, nada sobre semântica e que é inútil na semiótica, uma vez que é cega diante do mundo real.

Muitos filósofos responderam ao dilema do Eutíffro, e as respostas mais destacadas são os argumentos conhecidos como "Morder a bala", "Natureza humana" e "Conselho de Alstons".

Apesar de ser uma referência essencial para um estudo mais aprofundado sobre o TCD, não há espaço neste trabalho para continuarmos com esse assunto indefinidamente. Além disso, este é um debate sem fim.

De qualquer forma, o dilema de Eutíffro, independentemente de ser o argumento mais "levado em conta" em oposição à Teoria do Comando Divino, não é o único nem o mais considerável. Vários outros se opõem com argumentos variáveis.

Objecões à Teoria do Comando Divino .

Objecção semântica .

Michael Austin¹⁸ , relata que o filósofo William Wainwright propôs um desafio à teoria em bases semânticas, argumentando que "ser comandado por Deus" e "ser obrigatório" não significam a mesma coisa, ao contrário do que a teoria sugere. Wainwright acreditava que demonstrara que a teoria não deveria ser usada para formular afirmações sobre o significado de "obrigação". Wainwright também observou que a teoria do comando divino pode implicar em que alguém só pode ter conhecimento moral se conhecer a Deus. O autor argumentou que, se esse for o caso, a teoria parece negar o conhecimento moral dos ateus e dos agnósticos.

Hugh Storer Chandler contestou a TCD com base em idéias modais do que poderia existir em mundos diferentes. Ele sugeriu que, mesmo se alguém aceita a afirmação de que ser comandado por Deus e ser moralmente certo são a mesma coisa, eles podem não ser sinônimos

¹⁸ Austin, Michael (21 de agosto de 2006). "Teoria do Comando Divino" Enciclopédia de Filosofia da Internet. Consultado em 3 de abril de 2012).

porque podem ter diferentes sentidos em outros ambientes possíveis.

A objeção epistemológica .

De acordo com a objeção epistemológica à ética do comando divino, se a moralidade está fundamentada nos mandamentos de Deus, então aqueles que não acreditam em Deus não podem ter conhecimento moral. Sem conhecimento moral, eles não têm nenhuma responsabilidade moral e não têm nenhuma obrigação relacionada aos desejos de Deus. Além disso, em termos dessa objeção, a TCD é deficiente porque certos grupos de agentes morais não têm acesso epistêmico aos mandamentos de Deus, por muitas razões, principalmente por causa do problema de comunicação. Como Deus nos comunica seus mandamentos?

Essas perguntas iniciaram uma longa e complexa discussão entre filósofos e teólogos sobre a comunicação dos mandamentos de Deus, de tal maneira que possamos entender se Deus nos comunica sua vontade ou não.

Essa objeção foi levantada - e respondida anteriormente. No entanto, ela persiste e é razoável argumentar que, mesmo persistente, não foi substancialmente melhorada e não merece discussões adicionais. O fato de que os mandamentos de Deus fornecem, ou não, a base dos fatos morais, não implica na afirmação de que os incrédulos não possam ter conhecimento moral, pois a capacidade de saber que algo é

verdadeiro não depende de nossa capacidade de saber que é que o torna verdadeiro.¹⁹

A objeção da onipotência

A Teoria do Comando Divino enfrenta o problema da inferência de que, de alguma maneira, Deus poderia comandar atos de crueldade e outros comportamentos para nós abomináveis. Os defensores do TCD negam veementemente essa inferência.

No entanto, os oponentes da TCD argumentam que essa negação não é coerente porque contraria a afirmação de que Deus é onipotente. Se Deus é capaz de criar, extinguir e modificar tudo, a suposição de que ele não poderia determinar esses mandamentos repugnantes é uma contradição.

Thomas de Aquino (1225-1274) responde a esse entendimento da onipotência com base no argumento da possibilidade. Segundo o filósofo, o significado de "tudo" não é um conceito absoluto. Uma vez que esse conceito é um atributo relativo, ele deve obedecer os princípios de possibilidade e adequação. Assim, Deus é capaz de fazer todo o possível e adequado para o seu Plano Divino. Por esse motivo, Deus nunca age de maneira contraditória, falsa ou de alguma forma repugnante.

Para Tomás de Aquino, a natureza do pecado, como dar ordens abomináveis, é contrária à

¹⁹ Danaher, J. SOPHIA (2017). <https://doi.org/10.1007/s11841-017-0622-9>

onipotência. Por isso, o fato de Deus ser incapaz de realizar ações imorais não é um limite para o seu poder, mas sim, emerge de sua onipotência. Em outros termos, Tomás de Aquino afirma que Deus não pode comandar a crueldade exatamente porque ele é onipotente.²⁰

A objeção da onibenevolência .

Para os niilistas, a qualidade de onibenevolência de Deus torna logicamente evidente um limite para sua onipotência; assim, de qualquer maneira, essa qualidade é uma contradição.

No entanto, o problema da onibenevolência é formulado e sustentado, porque, se todas as ações que contêm um valor moral positiva são consequência dos mandamentos de Deus, isso é o mesmo que Deus fazer precisamente aquilo que ele determina a si mesmo fazer, o que é considerado uma conclusão incoerente.

Diante desse argumento, William Wainwright sustentou que, embora Deus não aja por causa de seus mandamentos, ainda é lógico dizer que Deus tem razões para suas ações. Ele propõe sustentar que Deus é motivado pelo que é moralmente bom e, quando ele comanda o que é moralmente bom, isso se torna moralmente obrigatório.²¹

²⁰ Austin, Michael W., Encyclopedia of Philosophy - <https://www.iep.utm.edu/divine-c/#H7>.

²¹ Wainwright, William - Filosofia da Religião - Cengage Learning; 2 edição (4 de agosto de 1998) p.101

Nesse sentido, Deus está "em virtude de si mesmo" e todos os seus atos são elementos de causalidade das ações.

A objeção à autonomia

Afirmando que qualquer conceito de bem é o que Deus determina que seja, a TCD de alguma forma nega a estrutura humana autônoma e leva a moralidade em consideração apenas como algo inteiramente dependente da vontade de Deus.

A partir desse argumento, surgem muitas questões relacionadas à liberdade moral, identidade e responsabilidade humanas, ficando reduzida drasticamente a possibilidade de pensamento independente e livre arbítrio .

Michael W. Austin²², na Eastern Kentucky University, defende o DCT considerando:

Não somos mais seres que se autolegislam no campo moral, mas sim seguidores de uma lei moral externa que nos é imposta. Nesse sentido, a autonomia é incompatível com a Teoria do Comando Divino, na medida em que na teoria não impomos a lei moral a nós mesmos. No entanto, Adams (1999) argumenta que a Teoria do Comando Divino e a responsabilidade moral são compatíveis porque somos responsáveis

²² Austin, Michael W., Encyclopedia of Philosophy - <https://www.iep.utm.edu/divine-c/#H7>.

por obedecer ou não aos mandamentos de Deus, entendê-los e aplicá-los corretamente e adotar uma postura autocrítica em relação ao que Deus nos ordenou fazer. Diante disso, somos autônomos porque devemos confiar em nosso julgamento independente sobre a bondade de Deus e quais leis morais são inconsistentes com os mandamentos de Deus. Além disso, infere-se que um teórico do comando divino ainda pode argumentar que nós impomos a lei moral a nós mesmos ao concordar em nos sujeitar a ela quando chegarmos a entendê-la, mesmo que, em última análise, esteja fundamentada nos mandamentos de Deus.

A objeção do pluralismo

Outra objeção refere-se ao fato de que as noções de Deus são muitas e, com certeza, relativas a elementos históricos e culturais muito diferentes. Além disso, muitos entendimentos de Deus podem ser conflitantes e adotar diversos fundamentos.

Uma teoria moral fundamentada na vontade de Deus não pode ser universal e, portanto, é sempre limitada a cada conceito existente do Divino, declara o argumento pluralista.

Martin Austin²³ acredita que o argumento contém uma falha pela razão de que a existência de

²³ Austin, Michael W., Encyclopedia of Philosophy - <https://www.iep.utm.edu/divine-c/#H7>.

muitas religiões e diferentes conceitos de Deus e divindade não significa que elas devam estar em conflito ou serem excluídas reciprocamente, de tal maneira que os fundamentos morais se tornem incompatíveis. Ele ressalta que esse assunto envolve análise pessoal e escolhas adequadas, e que qualquer pessoa deve decidir por si mesmo qual entendimento do divino deve ser adotado. Da mesma maneira, as pessoas devem descobrir qual compreensão dos mandamentos divinos, , é a mais convincente dentro de sua tradição individual.

Ele compara essa situação com o processo deliberativo de um moralista secular diante de uma decisão sobre quais princípios morais eleger para governar sua vida, entre muitas tradições morais e várias interpretações dentro dessas tradições.

Apesar de negar a validade axiológica da teoria, o autor considera que é consistente com a crença de que muitas religiões contêm a verdade moral e os mesmos fundamentos morais. Esse fato torna possível conhecer nossas obrigações morais à parte da revelação, tradição e prática religiosa . “É consistente com a Teoria do Comando Divino que podemos ver nossas obrigações desta e de muitas outras maneiras, e não apenas através de um texto religioso, experiência religiosa ou tradição religiosa”, diz Austin (op.cit)

3 - Outras teorias sobre as origens da moralidade.

3.1- A teoria kantiana

Immanuel Kant (1724 - 1804), um dos filósofos mais influentes de todos os tempos, trouxe para a Metafísica Ocidental uma de suas concepções mais estruturadas.

É impossível analisar a teoria da ética de Kant sem uma primeira compreensão geral de seu pensamento filosófico complexo.

O filósofo prussiano entendeu qualquer filosofia como um processo dirigido à solução de três perguntas: "O que é o mundo?" "O que devo fazer?" "O que posso esperar?"²⁴

Sua teoria da ética é a resposta epistemológica do filósofo à segunda pergunta: "O que devo fazer?"

Esse entendimento da filosofia deriva de seu conceito de três "idéias da razão", que são o mundo, o eu e Deus.

No que diz respeito ao "mundo", na sua *Crítica da Razão Pura*, ele considera que a própria razão teórica não pode provar sua realidade. De acordo com esse conceito, "eles não são constitutivos, mas são reguladores, pois agregam unidade e coerência sistemática à nossa experiência. Por

²⁴ Kant, Emanuel (*Crítica da razão pura*-1781). Traduzido por JMD Meiklejohn - edição da web publicada por eBooks @ Adelaide .

estarem relacionados à moral de maneira significativa, eles têm imensa importância prática".²⁵

Referindo-se ao "eu", ele adota um raciocínio muito complexo que finalmente oferece sua concepção de "seres humanos como seres racionais, merecedores de dignidade e respeito". Qualquer pessoa deve tratar a humanidade como um fim, não apenas como um meio. Tratar alguém como um mero meio para atingir um fim é usá-la para promover o interesse.

No entanto, tratar uma pessoa como um fim é respeitar a dignidade dessa pessoa, permitindo a cada um a liberdade de escolher por si mesma.²⁶

Kant leva em consideração a noção de Deus como um "ser real ou máximo". Este ser maximamente real também é considerado pela razão um ser necessário, isto é, algo que existe necessariamente, em vez de meramente ou contingentemente.²⁷

Deste espectro racional, Kant traz seu conceito absoluto deontológico de moral, afastando-se de quaisquer idéias consequencialistas ou normativas. Nenhum código moral é necessário

²⁵ Capítulo 23

²⁶ "Você não estaria agindo de forma autônoma, pois não tinha controle(s)." de <https://www.coursehero.com/file/p2k8bd1/You-would-not-be-acting-autonomously-as->

²⁷ Immanuel Kant - Enciclopédia de Filosofia da Internet . (sd). Acessado em <https://www.iep.utm.edu/kantview/>

porque a moral não depende de regras específicas que definam o que é bom ou não, referente às ações humanas. O que determina o valor moral de uma ação é apenas a intenção: um ato só é moralmente bom se sua prática visar o cumprimento do dever.

Kant organizou suas suposições éticas em torno da noção de um "imperativo categórico", que é um princípio ético universal, consistindo na determinação de que todos devem sempre respeitar a humanidade nos outros e que só devemos agir de acordo com regras que possam valer para todos. Kant argumentou que a lei moral é uma verdade da razão e, portanto, que a mesma lei moral liga todas as criaturas racionais. Assim, em resposta à pergunta: "O que devo fazer?" Kant responde que devemos agir racionalmente²⁸, pela lei moral universal.

Qualquer pessoa pode encontrar a lei moral por si mesma, uma vez que faz parte da razão. Portanto, a lei moral é um predicado da razão humana, de tal maneira que apenas uma lei moral liga todos os seres racionais. Essa abordagem é a resposta para a pergunta "O que devo fazer?"

O princípio supremo da moralidade é chamado de "imperativo categórico", significando o fundamento que devemos seguir, que é racional e incondicional. Apesar de quaisquer desejos ou inclinações naturais, possamos ter em contrário. A submissão da humanidade ao "imperativo

²⁸ Kant, Emanuel. Enciclopédia de Filosofia da Internet.
<https://www.iep.utm.edu/kantview/>

categórico" é totalmente independente das características ou da experiência de qualquer pessoa.

O "imperativo categórico" é a escala para atribuir a validade moral a qualquer ação: "Aja apenas de acordo com a máxima pela qual você possa ao mesmo tempo desejar que se torne uma lei universal".²⁹ A intenção é o pano de fundo da atividade humana definida pela "máxima" de nossos atos.

O dever deriva da máxima, a origem de todas as razões para agir. A ação em si não pode ser moralmente qualificada. Portanto, quando perguntamos: "O que estou fazendo e por quê?" estamos falando da relação entre a intenção e a máxima.

O segundo imperativo é chamado "imperativo hipotético", "que é um comando que também se aplica a nós em virtude de termos uma vontade racional, mas não simplesmente em virtude disso. Exige que exercitemos nossas vontades de uma certa maneira, dado que previamente desejamos um fim. Um imperativo hipotético é, portanto, um comando de forma condicional."³⁰

Uma característica da conduta moral é a "boa vontade", entendida nos termos de Kant como uma vontade cujas decisões são totalmente

²⁹ Ética de acordo com Immanuel Kant - Sapiência de Ética. (sd). Obtido em <https://www.ethicssage.com/2017/05/ethics-according-to-immanuel-kant.html>

³⁰ Ibidem

determinadas por exigências morais ou, como ele costuma se referir a isso, pela Lei Moral. Os seres humanos sentem inevitavelmente esta lei como uma restrição aos seus desejos naturais, razão pela qual tais leis, aplicadas aos seres humanos, são imperativos e deveres.³¹ Quando a lei moral é decisiva para a vontade humana, é o pensamento do dever que a fundamenta.

Kant também argumentou que sua teoria ética requer crença no livre arbítrio, em Deus e na imortalidade da alma. Embora não possamos saber essas coisas, a reflexão sobre a lei moral leva a uma crença justificada nelas, o que equivale a uma espécie de fé racional. Assim, em resposta à pergunta: "O que posso esperar?" Kant responde que podemos esperar que nossas almas sejam imortais e acreditem que³²Deus projetou o mundo por princípios de justiça.

3.2 A teoria utilitarista

O utilitarismo é uma teoria consequencialista da ética normativa, afirmando que a felicidade do maior número de pessoas na sociedade é considerada como a experiência humana. As ações humanas são moralmente corretas se suas conseqüências levarem à felicidade, o bem maior. Prazer e dor são os dois senhores soberanos que governam os conceitos de certo e errado. A ação

³¹ Filosofia moral de Kant (Stanford Encyclopedia of Philosophy). <https://plato.stanford.edu/entries/kant-moral/>

³² Kant, Emanuel | Enciclopédia de Filosofia da Internet <https://www.iep.utm.edu/kantview/>

é certa quando traz prazer e errada se tyem por consequência a infelicidade (dor). Como a inter-relação entre ações e seus resultados, felizes ou infelizes, depende das circunstâncias, nenhum princípio moral é absoluto ou necessário em si mesmo.

A palavra "utilidade" é usada para significar bem-estar geral ou felicidade.³³

Surgido com o Iluminismo, seu criador, Jeremy Bentham (1748 - 1832), fornece a melhor descrição concisa do utilitarismo:

A natureza colocou a humanidade sob o governo de dois senhores soberanos, a dor e o prazer. Cabe apenas a eles apontar o que devemos fazer, bem como determinar o que devemos fazer. Por um lado, o padrão do certo e do errado, por outro, a cadeia de causas e efeitos, estão presos ao seu trono. Eles nos governam em tudo o que fazemos, em tudo o que dizemos, em tudo o que pensamos: todo esforço que podemos fazer para afastar nossa sujeição servirá apenas para demonstrá-los e confirmá-los. Em palavras, um homem pode fingir abjurar seu império: mas, na realidade, ele permanecerá sujeito a isso o tempo todo. O princípio da utilidade reconhece

³³ O que é utilitarismo? Definition And Meaning ...
<http://www.businessdictionary.com/definition/utilitarianism.html>
(acessado em 30 de junho de 2019).

essa sujeição e a pressupõe como fundamento desse sistema, cujo objetivo é criar o tecido da felicidade pelas mãos da razão e da lei. Os sistemas que tentam questioná-lo lidam com ruídos ao invés de fazê-lo com sentido, zom caprichos ao invés da razão, na escuridão ao invés da luz".³⁴

Considerada uma teoria hedonista, sustentou ativamente "que o objetivo da moralidade e das leis era promover o bem-estar dos cidadãos e maximizar a felicidade humana, e não o de impor leis morais divinas intocáveis, imutáveis e específicas que rotulam as ações como erradas em si mesmas, sem levar em conta suas consequências. Bentham também acreditava que sua teoria ética utilitária estava implícita no que chamamos de "senso comum" moral ou "intuições", porque subjacentemente a todas as nossas intuições morais existem considerações utilitárias".³⁵

Para muitos autores, como Ian Shapiro³⁶, o utilitarismo, juntamente com o marxismo e o libertarismo de Nozick, é uma teoria extremista, na medida em que seu autor a sustentou até seus

³⁴ Bentham, Jeremy - *Uma introdução aos princípios de moral e legislação* - Nova York, Hafner Publishing Co. 1948 - Capítulo 1 - Do princípio de utilidade.

³⁵ Utilitarismo preferencial de Hare: uma visão geral e crítica, http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-317320130002000 (acessado em 30 de junho de 2019).

³⁶ Os fundamentos morais da política - Yale University Press - ISBN 978-0-300-18545-4

Últimos argumentos e sob quaisquer circunstâncias.

Seguindo seu criador, John Stuart Mill (1806 - 1873), cujo pai fora discípulo de Bentham, adotou o utilitarismo, mas introduziu muitas características moderadoras e adaptativas em seu livro "Utilitarismo" (1861), alcançando uma melhor abordagem com as idéias libertárias ("The Liberty" - 1859) que o tornaram um dos filósofos mais influentes do pensamento político do século XX.

3.3 - Ética da Virtude.

A ética da virtude faz parte da ética tradicional e atualmente representa uma das abordagens significativas da ética normativa . Seu conceito central, de uma maneira muito simplificada, poderia ser considerado como a afirmação que leva em consideração as virtudes, ou caráter moral, como causa dos atos morais humanos.

Com certeza, é uma teoria baseada no indivíduo, diversa das abordagens deontológicas ou objetivistas que enfatizam deveres, regras e padrões objetivos, e das teorias consequencialistas baseadas nos resultados das ações. A Ética da Virtude baseia-se em duas idéias essenciais: virtude e sabedoria prática.

Ética da Virtude

Segundo Aristóteles, uma pessoa virtuosa é quem tem traços de caráter ideais. Essas características derivam de tendências internas naturais, mas precisam ser nutridas; no entanto, uma vez estabelecidas, elas se tornarão estáveis. Portanto,

podemos ver a virtude como uma característica do caráter, agregada à essência de um indivíduo e determinativa de como ele deve agir em qualquer circunstância. Essa característica comportamental individual não se relaciona ao ato em si, mas são qualificadas pelas razões da ação. Agir com virtude significa levar em conta, como razão relevante para o comportamento moral, a suposição de que "fazer o contrário seria desonesto".

Essa abordagem da moralidade baseada no caráter pressupõe que "adquirimos virtude através da prática. Ao praticar ser honesto, corajoso, justo, generoso e assim por diante, uma pessoa desenvolve um caráter honrado e aprende como fazer a escolha certa diante de desafios éticos."³⁷

A sabedoria prática:

A segunda idéia essencial que sustenta a teoria da ética virtual é a sabedoria prática. Podemos entendê-la com o mesmo significado com que a "phronesis" é considerada pela filosofia grega. É um conceito muito complexo, mas Barry Schwartz³⁸ e Kenneth Sharpe³⁹ oferecem uma descrição simplificada e muito compreensível,

³⁷ "Ética da Virtude – Ética Desvendada",

<https://ethicsunwrapped.utexas.edu/glossary/virtue-ethics> (acessado em 30 de junho de 2019).

³⁸ Professor Dorwin Cartwright de teoria social e ação social no Sartharth College .

³⁹ A William R. Kenan, Professor Jr. de Ciência Política no Swarthmore College

comparando a sabedoria prática ao conjunto de habilidades que um artesão precisa para construir um barco ou uma casa, ou que um músico de jazz precisa desenvolver. São esforços seletivos e intencionais para alcançar um resultado escolhido, o mais próximo possível da perfeição. A diferença reside no fato de que a sabedoria prática não é uma habilidade técnica ou artística. É uma habilidade moral - uma habilidade que nos permite discernir como tratar as pessoas em nossas atividades sociais cotidianas.⁴⁰

No que diz respeito à filosofia ocidental, podemos encontrar as origens da ética da virtude na filosofia de Platão e de Aristóteles. No Oriente, essa teoria se relaciona com Mencius e Confúcio.

Desde a filosofia clássica até o início do Iluminismo, a teoria desempenhou um papel crucial em todas as discussões axiológicas. Quando o determinismo e o utilitarismo começaram, eles deixaram de lado as idéias da ética da virtude. No entanto, elas renasceram na Filosofia Anglo-Americana após a Segunda Guerra Mundial, e qualquer análise axiológica contemporânea as leva em consideração.

3.4 - As teorias baseadas no direito .

Alguns filósofos contemporâneos , como Ronald Myles Dworkin (1931 - 2013) alegaram que a

⁴⁰ Sabedoria prática: o caminho certo para fazer a coisa certa - Riverhead Books; Ed. Reprint (2011 - ISBN-10: 1594485437/ISBN-13: 978-1594485435 p17.

moralidade se origina de direitos e, em última instância, que os direitos morais se baseiam na idéia de correspondência e causalidade entre dever e direitos naturais.

Os seres humanos devem agir de acordo com os direitos morais por eles possuídos como uma conseqüência natural de suas condições humanas. Esses direitos são uma propriedade individual e inalienável do ser humano. A qualquer direito individual corresponde um dever social de aceitar e respeitar essa regra; em outros termos, o direito natural individual causa o dever social de respeito e preservação.

A teoria sustenta uma estrutura deontológica centrado no paciente, semelhante a alguns conceitos pós-kantianos, e afirma que os fundamentos da moral não são originadas a partir da experiência social mas, em vez disso, na própria natureza humana.

A noção específica do que "direito" poderia significar é relevante para distinguir a teoria de outros conceitos liberais.

John Leslie Mackie, (1917-1981), filósofo australiano, explica esse significado peculiar:

Um direito, no sentido mais crítico, é a conjunção de liberdade com um direito de reivindicação. Ou seja, se alguém A tem o direito moral de fazer X, e além de ter o direito de fazer X se assim quiser, - ele não é moralmente obrigado a não fazer X, embora também seja protegido ao fazê-lo. As

outras pessoas são moralmente obrigados a não interferir ou impedi-lo. Essa maneira de expor sugere que os deveres são, pelo menos logicamente, anteriores aos direitos. Esse tipo de direito é constituído por dois fatos sobre deveres: A não tem o dever de não fazer X e as outras pessoas têm um dever de não interferir na ação de A fazendo X.⁴¹

Esses direitos podem ser naturais (também chamados de direitos morais) quando pertencem a nós por nossa humanidade (como tais, aplicam-se a todas as pessoas), ou convencionais quando são criados por seres humanos, geralmente no contexto de organizações sociais e políticas.

Eles também podem ser constritivos quando impõem deveres de não interferência a outros, ou positivos se impõem deveres de assistência a outros.

As teorias baseadas em direitos sobre a origem moral são aproximadamente o oposto das teorias utilitárias e desempenham atualmente um papel relevante no desenvolvimento dos movimentos, instituições e órgãos públicos de direitos humanos.

3.5 - Relativismo moral .

⁴¹ Sabedoria prática: o caminho certo para fazer a coisa certa - Riverhead Books; Ed. Reprint (2011 - ISBN-10: 1594485437/ISBN-13: 978-1594485435 p17.

O relativismo moral é a ideia de que diversas possíveis moralidades ou contextos comportamentais e de referência, e conceitos sobre se algo é moralmente certo ou errado, bom ou ruim, justo ou injusto, são sempre questões relativas. Não existe uma estrutura moral universal ou atemporal. Qualquer fundamento moral é comparável a outros, e eles podem discordar completamente. Portanto, a relatividade existe como uma conexão com uma ou outra moralidade ou quadro moral de referência. Algo pode estar moralmente certo em relação a um referencial moral e moralmente errado em relação a outro⁴²

Podemos entender o relativismo moral de várias maneiras.

O relativismo cultural afirma que muitas estruturas culturais diferentes, incluindo várias línguas com múltiplas coincidências semânticas e desacordos ligadas a elementos não lingüísticos, não podem ter os mesmos modelos morais. É uma evidência do fato de que cada cultura desenvolveu sua própria estrutura moral, sem nenhum ingrediente universal ou fundamento trazido de uma cultura diferente, embora algumas poucas referências pareçam quase universais, mas em verdade são

⁴² Harman, Gilbert e Thomson, Judith Jarvis - "Relativismo Moral e Objetividade Moral" - BM; 1 edição (9 de janeiro de 1996) IS BN-10: 0631192115 / ISBN-13: 978-0631192114 - pp. 3-5. 3

apenas elementos linguísticos com sentidos variáveis..

O conceito metaético do relativismo moral afirma que não é possível determinar qualquer conceito predominante de uma cultura em outras culturas. Cada sociedade organiza seus princípios morais usando suas experiências intrínsecas e crenças generalizadas.

O relativismo moral normativo alega que todos devem respeitar cada estrutura moral diferente, mesmo que essas diferenças possam significar ofensa à estrutura moral ou legal das suas culturas.

O desenvolvimento da teoria do relativismo moral sofreu a influência de dois movimentos culturais: a chamada "nova antropologia" e os vários grupos e atividades contraculturais da segunda metade do século XX.

A "nova antropologia" era uma compreensão pós-guerra dos significados de "cultura", suas dimensões e conteúdo de estruturas . Clyde Kluckhohn (1905-1960) em seu livro "Espelho para o homem: a relação da antropologia com a vida moderna" (1949) trouxe o objetivo de criticar todas as "concepções éticas etnocêntricas" e iniciou novas discussões sobre o significado de "culturas".⁴³

Os novos antropólogos se afastaram dos conceitos de universalidade e se concentraram em

⁴³ John S. Gilkeson - "Antropólogos e a redescoberta da América, 1886–1965" 2009, p.251

fragmentos da cultura e da sociedade, propondo o estudo de pequenos elementos da cultura, em vez dos tópicos tradicionais que os antropólogos já levaram anteriormente em consideração.

A nova antropologia pode ter contribuído para a fragmentação inútil na compreensão da cultura e da comunicação intercultural, inserindo conceitos de micro-culturas em oposição às afirmações antropológicas tradicionais mais amplas. Essa divisão fazia parte de um reposicionamento constante da antropologia sobre como entender o conceito de cultura. Alguns antropólogos desejavam ver o conceito abolido. Outros, como Kluckhohn (citado), desejavam tornar os americanos mais "conscientes da cultura".

Essa abordagem provavelmente estimulou uma leitura essencialista da cultura e continua a influenciar a comunicação intercultural até hoje.

Os movimentos contraculturais são o segundo fator responsável pela expansão das idéias do relativismo moral. O sociólogo americano John Milton Yinger⁴⁴ criou o termo e atribuiu a ele o seguinte significado:

Onde quer que o sistema normativo de um grupo contenha, como elemento primário, um tema de conflito com os valores da sociedade total, onde variáveis de personalidade estão

⁴⁴ John S. Gilkeson - "Antropólogos e a redescoberta da América, 1886-1965" 2009, p.251

diretamente envolvidas no desenvolvimento e manutenção dos valores do grupo e onde suas normas só podem ser entendidas por referência às relações do grupo com uma cultura dominante circundante.⁴⁵

O termo "subcultural" também está em uso, tendo em mente que a contracultura precisa assumir a existência de uma cultura moral dominante.

Esses movimentos já aconteceram. Em termos sociológicos, o cristianismo, em suas origens, tem todos os ingredientes de um movimento contracultural. Desde o Iluminismo até os dias atuais, os mais destacados são o Romantismo (séculos XVIII e XIX), o Bohemianismo (séculos XIX e XX), os Beatniks, os Hippies e o Punk (segunda metade do século XX) e, muito mais recentemente, o LGTB e as modernas contraculturas feministas.

Como proposta filosófica, no entanto, o relativismo moral é carente de fundamentos axiológicos, precisamente por causa de seus conceitos fragmentários e oposição à universalidade das estruturas morais. O foco desta teoria são as minorias, que são apenas minorias porque existe um sistema moral diferente e dominante. Portanto, de uma maneira muito incoerente, a teoria nega a existência de uma de suas causas necessárias.

⁴⁵ " Contracultura e Sbcultura" por J. Milton Yinger, American Sociological Review, vol. 25, No. 5 -Oct. 1960- pág. 625-635

Se a abordagem da teoria nega que a cultura dominante afirme a prevalência das minorias, a teoria não está mais relacionada à ética, mas estaria propondo a quebra do tecido social ou o caos social em outros termos.

3.6 - Realismo moral

Entre muitas abordagens e teorias metafísicas relacionadas à natureza e estrutura da moralidade, o realismo moral desempenha um papel significativo na compreensão de muitas questões éticas.

Resumindo: os fundamentos do realismo moral residem na suposição de que existem fatos e proposições morais, que deveriam ser verdadeiros e objetivos, precisos, globais, manifestados fenomenologicamente, independentes da mente e sujeitos à cognição epistemológica.

Esses fatos são os fundamentos morais e podem ser conhecidos, observados e analisados objetivamente "in ipsis", independentemente de suas evidências, de nossa percepção deles ou de nossas crenças, sentimentos ou outras atitudes em relação aos mesmos.⁴⁶

As idéias morais realistas encontram seu fundamento da mesma maneira que o realismo científico: "a realidade descrita pelas teorias científicas é mais independente do que a nossa teorização. As teorias científicas descrevem a

⁴⁶ https://www.philosophybasics.com/branch_moral_realism.html - acessado em 05 de julho de 2019

realidade, e a realidade é "anterior ao pensamento".⁴⁷

Existem muitas variações dessa teoria, e algumas delas podem entrar em conflito desde que alguns conceitos estejam envolvidos. Argumentos internalistas e externalistas podem diferir profundamente na formulação dos fundamentos do realismo moral, assim como o naturalismo e o não naturalismo enfrentam os mesmos fundamentos com argumentos diferentes. As amplas discussões sobre os fundamentos realistas residem no cognitivismo, verdade moral, conhecimento moral, descritivismo e objetividade moral.⁴⁸

No entanto, David O. Brink, do MIT, argumenta que todas essas diversidades orbitam em torno das mesmas fundações:

Pode haver uma única formulação do realismo em termos de condições necessárias e suficientes que sejam globais e precisas, ou talvez as várias versões do realismo formem apenas uma família ou um conjunto de teorias metafísicas, as quais afirmam algum tipo

⁴⁷ Boyd, Richard, Universidade de Cornell (1988). "Como ser um realista moral."

⁴⁸ Universidade Hanuk de Estudos Estrangeiros, Coreia. Shin Kim, em <https://www.iep.utm.edu/moralrea/> (acessado em 05 de julho de 2019)

de conceito de independência da mente.⁴⁹

Em essência, o realismo moral encontra suas bases nos mesmos conceitos de realismo científico, seguindo a abordagem de que a realidade descrita pelas teorias científicas é essencialmente independente da nossa teorização.

As teorias científicas descrevem a realidade, e a realidade precede o conhecimento e a razão. Diferentes abordagens do realismo moral, independente de suas reivindicações específicas, são plausíveis, compatíveis e de alguma forma se apoiam mutuamente.

A oposição de incompatibilidade vem do niilismo, uma vez que a epistemologia cognitiva contida nas idéias realistas é negada na íntegra por essa teoria.

David O. Brink deixa isso muito claro:

O oponente tradicional do realismo moral é o niilista ou não cognitivista, que nega que haja fatos morais ou proposições morais verdadeiras ou, como resultado, qualquer conhecimento moral. Niilistas e os que não reconhecem

⁴⁹ Brink David O, - "Realismo moral e os fundamentos da ética" - Estudos de Cambridge em Filosofia - Cambridge University Press - ISBN 0 52135937. pg 15

o realismo devem, portanto, ser céticos morais.⁵⁰

Apesar dessas várias e recalcitrantes oposições aos fundamentos do realismo, e exatamente por causa de sua posição epistemológica, as tendências da Filosofia das Ciências mantêm a aceitação dessa teoria em evidência, como Richard Boyd considera:

Algumas oportunidades filosóficas são boas demais para se deixar passar. Em relação a muitos dos enfrentamentos mais abstratos do realismo moral, o recente trabalho realista e naturalista na filosofia da ciência é sugestivo de possíveis respostas em sua defesa. Assim, por exemplo, ocorreu a muitos filósofos (ver, por exemplo, Putnam, 1975b) que as teorias naturalistas de referência e definições podem ser estendidas à análise da linguagem moral. Se pudéssemos fazer isso com sucesso, e se os resultados fossem favoráveis a uma concepção realista de moral, seria possível responder a vários argumentos anti-realistas.[51]⁵¹

⁵⁰ Op. Cit. página 19

⁵¹ Boyd, Richard, Universidade de Cornell (1988). "Como ser um realista moral". Item 4.1

CAPÍTULO V

UMA COMPREENSÃO EVOLUCIONÁRIA DAS ORIGENS DA MORALIDADE

Certa vez Darwin disse:

Subscribo totalmente o julgamento dos escritores que sustentam que de todas as diferenças entre o homem e os animais inferiores; o senso ou consciência moral é de longe a mais importante. Esse sentido, como observa Mackintosh, "tem uma supremacia legítima sobre todos os outros princípios da ação humana".⁵²

1 – Considerações Preliminares.

Para apresentar nosso raciocínio, devemos declarar que adotamos uma abordagem para as teorias da ética evolucionária. Por um século inteiro, as idéias da ética evolucionária causaram conflitos clamorosos entre os filósofos e, até os dias atuais, induzem muitas interpretações discrepantes.

Rayner oferece uma análise equilibrada da posição filosófica que adotamos:

A ética evolucionária originou-se na década de 1850 nos trabalhos de

⁵² Darwin, Charles. "A descendência do homem" - 1871b, cap. IV par.97

Herbert Spencer (1850). A teoria ganhou algum apoio e foi debatida ao longo do século XIX até as críticas de muitos filósofos, notadamente Thomas Huxley (1893) e GE Moore (1903), mas ainda todost os que abateram a popularidade das interpretações biológicas da moralidade. O campo da ética evolucionária, até recentemente, permaneceu abalado por más interpretações de pesquisas científicas e especulações infundadas (como a idéia deficiente de que o altruísmo se originou através do processo de seleção de grupos). O surgimento de novas teorias da evolução altruísta, no entanto, fez com que a ética evolucionária experimentasse um ressurgimento. Esse ressurgimento foi causado em grande parte pelo trabalho inspirador de E.O. Wilson: "Sociobiology" (1975), o desenvolvimento da teoria da seleção parental de Hamilton, o conceito de aptidão inclusiva (1964), a hipótese de Trivers da evolução do altruísmo recíproco (1971) e a aplicação de modelos matemáticos e de teoria dos jogos à teoria da evolução (por exemplo, Smith e Price, 1973). Hoje, a ética evolutiva é certamente uma posição sustentável, com uma variedade de

evidências empíricas e teóricas que a apóiam.⁵³

Da posição metaética, adotada primeiramente pelos filósofos analíticos, entendemos objetivamente a moralidade como pertencendo necessariamente ao domínio do comportamento social humano. Os princípios morais são sistemas semióticos e hipotéticos de mandamentos e proposições para o direcionamento e o controle do comportamento humano, contemplando a viabilidade, a estabilidade e o desenvolvimento da vida social. Trata-se de necessidade social essencial e original do "zoon politikon", um fato coletivo material, independentemente de seus fundamentos metafísicos.

É possível estruturar esses princípios em sistemas precisos, exatamente como a lei jurídica, e independentemente de algumas diferenças extrínsecas, entender que os sistemas morais, como os jurídicos, incorporam mandamentos, proposições, ou ambos. Somente a compreensão dessas duas formas de conteúdos diversos possibilita o reconhecimento de todo o sistema.

Os princípios morais não se limitam às estruturas lingüísticas, nem existem encapsulados nos textos, e sua expressão pode ocorrer por qualquer meio de conteúdo semiótico, como gestos, elementos

⁵³ Rayner, Sam (2005) " *Demasiado forte para um princípio: um exame da teoria e implicações filosóficas da ética evolucionária* ", Macalester Journal of Philosophy: vol. 15: Iss. 1, artigo 6. Disponível em: <https://digitalcommons.macalester.edu/philo/vol15/iss1/6->

visuais, símbolos, sons, vestimentas, elementos naturais e assim por diante.

Os códigos morais modernos textuais, de qualquer forma, são apenas uma tentativa teleológica de certificar para a sociedade, sistematicamente, a existência de certos princípios a serem observados, geralmente resumidos aos mais importantes. Portanto, os códigos morais escritos são um instrumento limitado da práxis moral e nunca expressam o conteúdo da moralidade existente. Por esse motivo, não podemos declarar expressivamente muitos elementos morais, mas podemos deduzi-los naturalmente de outros elementos do sistema. Portanto, a hermenêutica dos códigos morais escritos não é suficiente para iluminar todo o universo moral humano, e esse entendimento mais amplo desse universo impõe a tarefa desafiadora de submeter o comportamento humano a um rigoroso processo analítico.

A estrutura objetiva deste estudo segue o processo analítico. Consideraremos tudo o mais sobre moralidade, que não se encaixa nesse modelo objetivo, como pertencente ao domínio da abstração.

Consideraremos a moralidade exclusivamente como esse fenômeno comportamental humano que observaremos a partir de seus elementos intrínsecos e extrínsecos. Esses elementos são visíveis e cognoscíveis ao alcance dos métodos adotados pela Filosofia das Ciências Sociais. Estaremos atentos às diferenças e semelhanças entre as ciências sociais e as naturais, as relações

causais entre os fenômenos sociais, a possível existência de leis sociais e o significado ontológico de estrutura e da ação.⁵⁴

Para entender a moralidade, devemos aceitar a proximidade entre o pensamento filosófico e os métodos das ciências humanas, reconhecendo a natureza indivisível do conhecimento humano. Questionar a moralidade às vezes envolve analisar elementos sociais dinâmicos, observação neurocientífica, genética evolutiva e circunstâncias históricas. A filosofia não pode andar sozinha nesses campos, e menos ainda as religiões.

A abordagem multidisciplinar significa uma tendência do humanismo moderno, adotada por vários analistas e acadêmicos como Paolo Mantovani,⁵⁵ Margaret McFall-Ngai,⁵⁶ Carlo Rovelli⁵⁷, Elliott Sober⁵⁸, Ralph Adolfs⁵⁹ e Thomas Pradeu⁶⁰:

Os exemplos acima estão longe de ser os únicos: nas ciências da vida, a reflexão filosófica desempenhou um papel

⁵⁴ fonte: Hollis, Martin (1994). A filosofia da ciência social: uma introdução. Cambridge. ISBN 978-0-521-44780-5.)

⁵⁵ Universidade Columbia

⁵⁶ Centro de Pesquisa em Biociências do Pacífico, Universidade do Havaí em Manoa.

⁵⁷ Professor de física, Universidade de Aix-Marselha

⁵⁸ Professor de filosofia, Universidade de Wisconsin

⁵⁹ Instituto de Tecnologia da Califórnia

⁶⁰ Pesquisador sênior (permanente), ImmunoConcept, CNRS, Universidade de Bordeaux; IHPST

importante em questões tão diversas quanto o altruísmo evolutivo, o debate sobre unidades de seleção, a construção de uma "árvore da vida", a predominância de micróbios na biosfera, a definição do gene e o exame crítico do conceito de inutilidade. Da mesma forma, na física, questões fundamentais como a definição de tempo foram enriquecidas pelo trabalho dos filósofos. Por exemplo, a análise da irreversibilidade temporal de Huw Price e as curvas temporais fechadas de David Lewis ajudaram a dissipar confusões conceituais na física.

Inspirados por esses exemplos e muitos outros, vemos a filosofia e a ciência localizadas em um continuum. Filosofia e ciência compartilham as ferramentas da lógica, análise conceitual e argumentação rigorosa.⁶¹

Se de alguma forma pode-se questionar o nosso raciocínio, na medida em que uma consistência metafísica deve estar presente, independentemente dos limites estabelecidos pela metodologia que adotamos, declaramos que, em contextos específicos, adotamos

⁶¹ Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos da América - PNAS , 5 de março de 2019, 116 (10) 39483952; <https://doi.org/10.1073/pnas.1900357116>)

conceitos do realismo moral em suas versões fenomenológicas, fundamentalistas e cognitivas.

2 - A natureza arquetípica dos fundamentos morais.

2.1 - Introdução.

Todos os modelos tradicionais relacionados às origens da moralidade e sua transição para as sociedades humanas modernas estão atualmente em discussão, a partir de quando novas evidências ligadas à sua estrutura surgem diariamente de novos estudos e pesquisas.

Em seu complexo estudo "As origens da moralidade: um relato evolutivo", Dennis L. Krebs⁶² examina a moralidade em termos de instintos e motivos primitivos, em grande parte inconscientes e impositivos. Fundamentado nos conceitos de evolução, o autor discute todas as outras perspectivas da questão: da abordagem cognitivo-desenvolvimentista à aprendizagem social e às visões etnográficas.

Krebs oferece uma reinterpretação dos modelos sócio-morais de Piaget⁶³ e Kohlberg⁶⁴. Ele parte de

⁶² Krebs, Dennis L. 2011 Oxford, Reino Unido, Oxford University Press 291 pp. ISBN 978-0199778232

⁶³ Piaget, Jean - "Inconsciente Afetivo e Inconsciente Cognitivo na criança e na realidade" Traduzido por A. Rosin. Nova York: Grossman.

⁶⁴ Kohlberg, Lawrence - "Etapa e sequência: a abordagem cognitivo-desenvolvimentista da socialização". In · Manual de Socialização. G. Goslin. Chicago: Rand McNally.

suas próprias pesquisas e segue a psicologia do desenvolvimento cognitivo-estrutural. Krebs afirma que o raciocínio moral está enraizado não em princípios abstratos , mas em pensamentos concretos sobre situações da vida real.

Analisando as fontes psicológicas e neurológicas dos comportamentos sociais primitivos e os comportamentos pró-sociais humanos, o autor descreve a evolução desse processo exclusivamente humano, relacionado às origens da cognição moral.

Christopher Boehm (n. 1931) ⁶⁵ explorara a possibilidade de que a moralidade pudesse ter afetado a seleção natural, e vice-versa. Mecanismos de seleção natural poderiam ser invocados para explicar a consciência humana individual. É admissível que o fato de ser moral possa ter permitido aos indivíduos pré-históricos participar do próprio processo de seleção natural, embora essa participação provavelmente tenha sido indireta e inconsciente.

Nesse contexto, afirmamos que os fundamentos morais emergiram da experiência humana coletiva como múltiplas informações adquiridas no comportamento, sendo transmitidas pelo processo evolutivo.

⁶⁵ Boehm , Christopher - Punição capital pré-histórica e efeitos evolutivos paralelos - *Minding Nature*: 2017, volume 10, número 2 , em <https://www.humansandnature.org/prehistoric-capital-punishment-and-parallel-evolutionary-effects>

Jonathan Birch, em sua resenha de Michael Tomasello⁶⁶ "Uma História Natural da Moralidade Humana", abordou essa idéia muito corretamente :

Essa hipótese implica em uma estreita relação entre a origem da moralidade e a origem da intencionalidade conjunta e coletiva, o que é o foco da pesquisa de Tomasello por mais de vinte anos e o tópico de seu livro anterior, "Uma História Natural do Pensamento Humano" ([2014]). Tomasello apresenta um caso substancial em que esses fenômenos estão realmente relacionados. Se isso estiver correto, muitos trabalhos anteriores sobre a evolução da moralidade eram sutilmente equivocados. O foco nunca deveria ter sido a atenção em atos de altruísmo, mas em atos de cooperação mutualista. Além disso, o foco nunca deveria ter sido dirigido a expressões linguísticas explícitas do julgamento moral, hipotetizadas aqui como sendo um elemento evolucionário sobrevivendo, mas sim dirigido à maneira

⁶⁶ Co-diretor do Instituto Max Planck de Antropologia Evolucionária em Leipzig , co-diretor do Centro de Pesquisa Wolfgang Kohler Primate , professor honorário da Universidade de Leipzig, no departamento de psicologia da Universidade de Manchester e professor de psicologia na Universidade Duke .

como o julgamento normativo, interpretado de forma mais ampla, entra nas estruturas cognitivas mais profundas e antigas, implícitas expressões da cooperação. aparentemente tão simples quanto duas pessoas carregando um tronco juntos. "⁶⁷

De maneira simplista, evolução significa um processo relacionado a mudanças biológicas, uma consequência dos esforços adaptativos das espécies, prevendo sua sobrevivência. A evolução, no entanto, é um tecido muito mais complexo de causas, processos e efeitos inter-relacionados, envolvendo funções contínuas baseadas em neurônios e elementos genéticos. É por isso que a evolução também desempenha um papel fundamental na transmissão de experiências comportamentais humanas, principalmente as relacionadas à vida coletiva.

A transmissão de informações adquiridas comportamentalmente por estruturas genéticas e funções do sistema nervoso é uma das premissas essenciais deste estudo e a base para nossa concepção das origens da ética e sua agregação ao inconsciente coletivo em uma estrutura arquetípica. Sobre isso, argumentamos que nosso raciocínio se baseia em sólidas premissas

⁶⁷ Birch, Jonathan (2017 *Revisão do livro: Michael Tomasello // uma história natural da moralidade humana*. *Jornal Britânico para a Filosofia da Ciência - Revisão de Livros*. ISSN 0007-0882).

científicas, que podemos agregar ao método filosófico.

As neurociências já demonstraram que essa assertiva não é mais uma proposição hipotética levada em consideração por algumas teorias científicas, mas que é, de fato, a realidade empírica concreta e comprovada. Don Marshall Gash⁶⁸ e Andrew S. Dea ⁶⁹ , oferecem uma explicação clara dessa suposição:

É amplamente reconhecido que a evolução humana foi impulsionada por dois sistemas de hereditariedade: um baseado em DNA e outro baseado na transmissão de informações adquiridas comportamentalmente através de funções do sistema nervoso. O sistema genético é antigo, remontando à aparência da vida na Terra. É responsável pelos processos evolutivos descritos por Darwin. Em comparação, o sistema nervoso é relativamente recém-formado e, em sua forma mais elevada, responsável pela ideação e pela transmissão de informações de mente para mente. Aqui são comparadas as capacidades e funções informativas dos dois sistemas. Enquanto empregam

⁶⁸ Diretor / gerente de laboratórios de teste, GLP Neurocience Service Center, Faculdade de Medicina, Anatomia e Neurobiologia da Universidade de Kentucky

⁶⁹ Departamento de Anatomia e Biologia Celular, Faculdade de Medicina da Universidade de Indiana, Indianapolis IN

mecanismos bastante diferentes para codificação, armazenamento e transmissão de informações, ambos os sistemas executam essas funções hereditárias genéricas. Três características adicionais da hereditariedade baseada em neurônios em humanos são identificadas: a capacidade de transferir informações genéticas para outros membros de sua população, não apenas para a progênie; um processo de seleção para as informações que estão sendo transferidas; e um período de tempo profundamente mais curto para criação e disseminação de informações que melhoram a sobrevivência em uma população. Os mecanismos subjacentes à hereditariedade baseada em neurônios envolvem a neurogênese do hipocampo e os processos de memória e aprendizado, modificando e criando novas associações neurais, alterando a estrutura e as funções do cérebro.⁷⁰

A-neofilósofa analítica -anglo-canadense Patricia S. Churchland⁷¹ (b.1943) explicou a relação das

⁷⁰ Gash DM e Deane AS (2015) Hereditariedade baseada em neurônios e evolução humana. *Neurosci.* 9: 209. doi: 10.3389 / fnins.2015.00209.

⁷¹ (a) Professora emérita de Filosofia Universidade da Califórnia, San Diego ; (b) op.ref. Churchland , Patricia S. "Tocando um nervo: nossos cérebros, nossos eus" - WW Norton & Company - 2014 - ISBN-10: 0393349446 / ISBN-13: 978-0393349443

raízes dos comportamentos morais humanos com alguns elementos genéticos específicos. O autor descreveu a moralidade como decorrente da interação de genes , processos neurais e experiências sociais, e afirma que sobrevivência e reprodução são capacidades genéticas. Entre todas as espécies, os mamíferos têm genes específicos"para produzir a substância química oxitocina e vasopressina, que os habilitam a cuidar das suas crias. Em alguns mamíferos, como os humanos, as mesmas substâncias químicas incentivam os animais a formar relacionamentos de longo prazo e a cuidar uns dos outros ".⁷²

Esse cuidado sustenta a raiz biológica da moralidade na opinião de Churchland, para qualquer outro comportamento social primal. Os primeiros seres humanos viviam em pequenos grupos de cerca de 100 pessoas, mas a expansão de grupos como resultado da agricultura e do desenvolvimento de aspirações intelectuais expandiram a compaixão, a simpatia e a empatia para além do grupo mais próximo das pessoas.⁷³

Finalmente, a autora afirma que as normas morais surgem de quatro processos cerebrais interligados: cuidar, reconhecer os estados psicológicos de

⁷² As Origens da Moralidade . Psicologia Hoje. (sd),em <https://www.psychologytoday.com/us/blog/hot-thought/201311/the-origins-morality>

⁷³ Idem

outras pessoas, aprender práticas sociais e resolver problemas em um contexto social.⁷⁴

Dennis L. Krebs⁷⁵, como consideramos anteriormente, explicou esses complexos processos evolutivos, destacando as investigações sobre as fontes psicológicas e neurológicas dos comportamentos pró-sociais primitivos, a evolução de comportamentos pró-sociais exclusivamente humanos e seus conteúdos e estruturas. Revendo as obras de Krebs, Peter Gray conclui:

Uma perspectiva psicodinâmica examina moralidade (e imoralidade) em termos de instintos e motivos primitivos, em grande parte inconscientes, concorrentes ; uma perspectiva de aprendizagem social examina a moralidade em termos das experiências sociais do indivíduo; uma perspectiva cognitivo-desenvolvimental a examina em termos do desenvolvimento da criança partindo de modos mais concretos de pensar os mais abstratos, e uma perspectiva etnográfica a examina em termos de normas culturais. No entanto, aqui, sob a égide da evolução, Krebs pode integrar, refinar e expandir os insights de todas essas

⁷⁴ Paul Thagard, Ph.D. - "As origens da moralidade" em <https://www.psychologytoday.com/intl/blog/hot-thought/201311/the-origins-morality>

⁷⁵ Krebs, Dennis L. - *As origens da moralidade: um relato evolutivo*, 2011 Oxford, Reino Unido, Oxford University Press - ISBN 978-0199778232

perspectivas. Todos eles têm a ver com a interação de experiências ambientais, do cérebro humano evoluído, que incorporou certos visões e predileções. Krebs nos fornece aqui uma base biológica para pensar em todos os aspectos da moralidade.⁷⁶

Seguindo sua abordagem funcionalista, Krebs introduziu uma reinterpretação dos estágios de desenvolvimento cognitivo considerados por Kohlberg⁷⁷ e enfatizou sua convicção sobre a dependência de mudanças morais em situações reais da vida.

Todas essas evidências e afirmações, trazidas recentemente pelas ciências sociais e naturais sobre as origens materiais dos fundamentos morais, constituem hoje em dia uma noção geralmente aceita pelas teorias modernas da filosofia ocidental, estando ou não fundamentadas em qualquer conceito metafísico.

Portanto, as perguntas incontroversas sobre quando e como isso poderia ter começado, e por quais meios e processos foram incorporados à natureza evolutiva humana, conduzem nosso

⁷⁶ Peter Gray (2012) *As origens da moralidade: um relato evolutivo* Dennis L. Krebs, 2011 Oxford, Reino Unido, Oxford University Press US \$ 49,95 (hbk), 291 pp. ISBN 978-0199778232, *Journal of Moral Education*, 41: 2, 264-266, DOI: 10.1080 / 03057240.2012.680715

⁷⁷ Kohlberg, Lawrence - "Etapa e sequência: a abordagem cognitivo-desenvolvimentista da socialização". In · *Manual de Socialização*. G. Goslin. Chicago: Rand McNally.

estudo à assunção da existência de estruturas de arquétipos morais e sua agregação ao genoma humano e ao inconsciente coletivo.

2.2 - Conceito e natureza dos arquétipos.

As abordagens da idéia de arquétipos são tão antigas quanto a própria filosofia, e essa idéia é o pilar central deste trabalho, como repetimos desde o início.

Semanticamente, a palavra grega "archetypos" está relacionada a uma idéia de "primeira impressão", um conceito contido na complexa Teoria das Formas de Platão, na qual o filósofo discute o mundo material, composto de objetos mutáveis, tanto quanto o mundo transcendental, que é imutável e composto de formas.

Sob essa teoria, os humanos têm uma capacidade intrínseca de reconhecer a forma correta de um conceito abstrato, como Adam Linitiaz explica de uma maneira simplificada:

Platão levou essa idéia ainda mais longe. Ao concordar que haviam formas ideais de conceitos abstratos (liberdade, igualdade, justiça), também haviam formas ideais de objetos comuns, como mesas ou camas. Os objetos que encontramos no dia-a-dia são simplesmente versões imperfeitas e mutáveis de suas formas perfeitas. Essas formas perfeitas são lembranças que

podemos recordar de um tempo anterior em nossa existência.⁷⁸

Como Platão estava argumentando sobre processos cognitivos, ele se referiu a essas formas perfeitas como a primeira impressão dos conceitos abstratos: os arquétipos, em outros termos.

Essas primeiras impressões de realidades abstratas, como liberdade e justiça, são imutáveis e permanecem indefinidamente independentes das experiências individuais: elas são transcendentais ao mundo material e à forma ideal de conceitos abstratos. As formas foram a primeira compreensão dos arquétipos na filosofia.

Durante o Iluminismo, John Locke trouxe uma contribuição significativa para a discussão epistemológica naquele período, com seu trabalho "Um ensaio sobre a compreensão humana". Naquela época, os oponentes de Locke criticaram esse ensaio em razão de sua abordagem empiricista. No entanto, precisamente devido a esse embasamento empiricista do pensamento de Locke, o ensaio introduziu o conceito de "idéias adequadas" e ofereceu uma reinterpretação essencial das idéias de Platão sobre os arquétipos:

⁷⁸ Imtiaz , Adam - *Teoria das Formas de Platão* - Apud "im print" em <http://uwimprint.ca/article/platos-theory-of-forms/> acessado em 24 de julho de 2019

Idéias adequadas são aquelas que representam perfeitamente seus arquétipos. Das nossas idéias reais, algumas são adequadas e outras inadequadas. Aquelas que eu chamo de adequadas representam perfeitamente os arquétipos que a mente supõe que dela sejam retirados: os quais pretende que a representem e aos quais se refere. Idéias inadequadas são as que contém apenas uma representação parcial ou incompleta dos arquétipos aos quais são relativas.⁷⁹

A proposta de Locke não é tão clara quanto poderia ser, como vários críticos disseram, mas torna evidente sua assunção de que, por trás e antes de qualquer idéia, existe um arquétipo, uma forma primária (na linguagem de Platão) subordinando o conteúdo de qualquer idéia.

Durante todo o Iluminismo, os filósofos discutiram esses conceitos principalmente do ponto de vista epistemológico. Durante o século XIX, a conceituação de arquétipos adquiriu progressivamente os contornos de uma matéria multidisciplinar, embora os numerosos estudos a

⁷⁹ Locke, John - um ensaio sobre a compreensão humana. 25ª. Ed. Londres, 1824 - Impressão W. Dowall - Livro II, Capítulo XXI pág. 319 .

respêito fossem fragmentados e resultantes de diferentes metodologias e propósitos.

Na primeira metade do século XX, o extenso trabalho do psiquiatra Carl Gustav Jung (1875 - 1961), anteriormente seguidor de Sigmund Freud, ofereceu um avanço extraordinário no entendimento da mente humana e das diversas e complexas habilidades cognitivas e processos emocionais relacionados com as suas funções correspondentes.

As teorias de Jung começam com a definição do inconsciente coletivo ; uma suposição submetida inicialmente a todos os tipos de interpretações e questionamentos de filósofos e cientistas de todas as tendências. Jung, por si mesmo, entendeu que o conceito deve ser explicada adequadamente, e fê-lo como segue:

Provavelmente, nenhum dos meus conceitos empíricos enfrentou tantos mal-entendidos quanto a idéia do inconsciente coletivo.

O inconsciente coletivo é uma parte da psique que pode ser distinguida negativamente de um inconsciente pessoal pelo fato de não, dever sua existência à experiência pessoal como este último e, conseqüentemente, não se tratar de uma aquisição pessoal. Enquanto o inconsciente pessoal é constituído essencialmente por conteúdos que em algum tempo tempo foram conscientes, mas que

desapareceram da consciência por terem sido esquecidos ou reprimidos, o conteúdo do inconsciente coletivo nunca esteve na consciência e, portanto, nunca foi adquirido individualmente, mas deve sua existência exclusivamente à hereditariedade. Enquanto o inconsciente pessoal consiste na maioria dos complexos, o conteúdo do inconsciente coletivo é constituído essencialmente por arquétipos.⁸⁰

Portanto, na teoria junguiana, o conteúdo do inconsciente coletivo, diferentemente do inconsciente individual, é limitado a instintos e arquétipos e não é relativo a nenhuma experiência individual. No entanto, a explicação resumida de Jung ajuda a entender o conteúdo do inconsciente coletivo, mas não esclarece as razões porque ele denominou essa estrutura como "coletiva". Devemos perguntar isso a Jung:

Eu escolhi o termo "coletivo" porque essa parte do inconsciente não é individual, mas universal; em contraste com a psique pessoal, ela possui conteúdos e modos de comportamento que são mais

⁸⁰*Arquétipos e o inconsciente coletivo* - Obras coletadas de CG Jung, vol. 9, Parte 1. 2nd ed. (1968), Princeton University Press ISBN 0691018332 - p99

ou menos os mesmos em todos os lugares e em todos os indivíduos. Em outras palavras, é idêntico em todos os homens e, portanto, constitui um substrato psíquico comum, de natureza suprapessoal, presente em todos nós.⁸¹

Assim, a qualificação coletiva dos arquétipos está relacionada aos princípios da universalidade e da perpetuidade: dois dos pilares mais importantes de qualquer raciocínio relacionado à moralidade.

As reivindicações fundamentais da teoria junguiana que se referem aos arquétipos se disseminam na filosofia, na psicologia e nas ciências humanas como um todo, e até na cultura popular, causando muitas interpretações diferentes e dando margem a várias controvérsias. Por esse motivo, em qualquer pesquisa, encontraremos diferentes significados e usos dos conceitos arquetípicos, que podem ser reduzidos, expandidos ou mesmo conflitantes quando comparados às idéias de Jung. Diante desse horizonte amplo e profundo, devemos definir neste estudo, o que é o entendimento dos arquétipos que adotamos. Aceitamos como coerente com a estrutura deste estudo a definição ampliada dada por Adam Blatner:

⁸¹ *Arquétipos e o inconsciente coletivo* - Obras coletadas de CG Jung, vol. 9, Parte 1. 2nd ed. (1968), Princeton University Press ISBN 0691018332 - p99

Eles representam as tendências intrínsecas e herdadas da cognição, imagem e emoção na espécie humana. Arquétipos são as extensões do fenômeno do instinto, complexificado e expresso na experiência humana. Amorfos em si mesmos e expressando a dimensão sociobiológica da neurofisiologia, suas manifestações podem ser encontradas em manifestações de arte, rituais, costumes, imagens, sonhos, filosofia, psicopatologia e qualquer outra atividade humana.⁸²

O conteúdo desses elementos, de acordo com a teoria junguiana, baseia-se na crença de que a natureza permitiu ao indivíduo humano "muitas coisas que ele nunca adquiriu, mas herdou de seus ancestrais. Ele não nasceu como uma tabula rasa; ele nasceu apenas inconsciente. Mas ele traz consigo sistemas organizados e prontos para funcionar de uma maneira especificamente humana, e isso ele deve a milhões de anos de desenvolvimento humano. " (Carl Jung - op. Cit. Volume 4).

Os antigos conceitos filosóficos sobre arquétipos consideravam predominantemente seus conteúdos e significados como algo imutável (uma "forma pura" como Platão pensava). As

⁸² Blatner, Adam, MD - A relevância do conceito de arquétipo - <https://www.blatner.com/adam/level2/archetype.htm> - acessado em 14 de maio de 2019

obras de Jung e seus conceitos empíricos abriram o horizonte para um estudo mais aprofundado da estabilidade dos arquétipos e lhes deram certa flexibilidade, coerente com os processos evolutivos, como Charles D. Laughlin pontua:

Os próprios arquétipos podem ter mudado durante o nosso passado evolutivo - não há como ter certeza (1953 [1943/45]: 368) - mas, na sua forma atual, eles codificam as experiências recorrentes dos seres humanos ao longo de inúmeros milênios e através de todas as fronteiras culturais (1970 [1955/56]: 390). Em alguns casos, os arquétipos codificam material experimental recorrente de nosso passado animal pré-hominídeo .(1953 [1943/45]: 96).⁸³

Para uma boa compreensão da teoria, devemos sempre ter em mente que Jung deixa claro que o termo arquétipo não se refere a uma idéia ou elemento abstrato herdado, mas a um padrão de comportamento herdado. Essa afirmação desempenha um papel importante neste trabalho, na extensão em que nós entendemos qualquer conceito ou conteúdo moral como um fenômeno comportamental humano. No presente, estudos neurocientíficos apóiam esta proposição da natureza comportamental dos arquétipos, como George B. Hogenson indica: "A descoberta de neurônios-espelho por pesquisadores da Universidade de Parma promete alterar

⁸³Laughlin, Charles D. *Arquétipos, Neurognose e o Mar Quântico* - art.

radicalmente nossa compreensão dos estados cognitivos e afetivos fundamentais. Este artigo explora a relação dos neurônios-espelho com a teoria dos arquétipos de Jung e propõe que os arquétipos podem ser vistos como padrões de ação elementares. ” (Hogenson, George B - Arquétipos como padrões de ação - *The Journal of Analytical Psychology* - <https://doi.org/10.1111/j.1468-5922.2009.01783.x> - acessado em 27/07/2019).

Jung focou o assunto como um elemento muito objetivo e observável da mente humana e manteve de lado o raciocínio metafísico em seus argumentos. “Se essa estrutura psíquica e seus elementos, os arquétipos, alguma vez ‘se originaram’ é uma questão metafísica e, portanto, irrespondíveis. (Carl Jung - op.cit. Volume 4). Apesar de evitar qualquer suposição relacionada à definição das origens arquetípicas, Jung destaca que todos os elementos da natureza de um indivíduo humano estão principalmente presentes e existentes desde o nascimento. As experiências individuais e seu ambiente particular não criam esses elementos, mas apenas os trazem à tona.

Essa natureza comportamental dos arquétipos, como sustentada por Jung, aproximou suas teorias de outros conceitos científicos e filosóficos e, se por um lado, significa uma contribuição influente para outras ciências, por outro lado, absorveu várias contribuições das mesmas. A evidência dessas abordagens é a razão pela qual assumimos que o estudo de arquétipos só adquiriu os contornos de um assunto multidisciplinar por causa dos trabalhos de Jung.

O enriquecimento progressivo da Teoria dos Arquétipos após os trabalhos de Jung deve-se em parte à sua estrutura multidisciplinar, como podemos deduzir do texto de Pearson:

C.G Jung deixou muita ambiguidade em torno do status ontológico dos arquétipos e do inconsciente coletivo. Isso ocorreu por causa da inadequação da ciência de seus dias. Os desenvolvimentos modernos nas neurociências e na física - especialmente a nova física do vácuo - permitem desenvolver ainda mais a compreensão de Jung sobre os arquétipos. Este artigo analisa as principais características do conceito de arquétipo de Jung e usa a moderna teoria estrutural biogenética para integrar a psicologia arquetípica e as neurociências. O artigo revisa algumas das evidências a favor do acoplamento neurofisiológico-quântico direto [termo do autor] e sugere como o processamento neural e os eventos quânticos podem se interpenetrar.⁸⁴

Mark Vernon também indica o valor dessa abordagem multidisciplinar da teoria junguiana:

⁸⁴ Pearson, Carol S., Arquetipos, Neurognose e Mar Quântico (art.) - *Jornal de Exploração Científica* 1996 - em [http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary? Doi = 10.1.1.456 .710](http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?Doi=10.1.1.456.710) acessado em 26 de jul de 2019

De fato, a possibilidade de que os arquétipos junguianos sejam comensuráveis com a biologia foi inserida por E.O. Wilson em seu livro "Consilience". Ele levantou a possibilidade de que a ciência os torne "mais concretos e verificáveis". Seguindo a orientação de Wilson, o psiquiatra Anthony Stevens vê arquétipos trabalhando em etologia, o estudo do comportamento animal em habitats naturais. Os animais têm um conjunto de comportamentos de estocagem, observam os etólogos, aparentemente ativados por estímulos ambientais.⁸⁵

Levando em conta essa visível universalidade da idéia de arquétipos nas ciências e na filosofia nos dias atuais, devemos aceitar as contribuições de todos os estudos e interpretações do conceito, compatíveis com os pilares centrais de nosso trabalho, independentemente dos campos da ciência de onde eles surgem.

Entre as várias contribuições trazidas por pesquisas recentes, duas importantes abordagens

⁸⁵ Vernon, Mark. *Carl Jung: Os arquétipos existem?*

<https://www.theguardian.com/commentisfree/belief/2011/jun/20/jung-archetypes--structurind-principles> - acessado em 26 de julho de 2019

fortalecem nossas suposições básicas relacionadas à moralidade como sujeito comportamental e observável humano, resultantes de fundações arquetípicas e realizadas por milênios de processos evolutivos agregados ao genoma da espécie.

O primeiro vem dos axiomas fundamentais do estruturalismo da biogenética, resumidos em três noções essenciais que formam seus fundamentos:

1. A primeira é que a consciência é uma propriedade do sistema nervoso.
2. A segunda é que todas as estruturas neurais que mediam a consciência se desenvolvem durante a vida a partir de estruturas iniciais herdadas (de arquetipos, em outros termos), e
3. A terceira é que tudo o que podemos dizer com "cultura" refere-se diretamente aos processos neurofisiológicos ou indiretamente aos artefatos e comportamentos produzidos por esses processos.⁸⁶

A outra abordagem importante vem dos conceitos de neurognose, também emergindo do estruturalismo biogenético. Neurognose é um termo técnico usado para se referir à organização inicial do cérebro experimentador e cognitivo.

A definição desse conceito vem de Laughlin:

⁸⁶ <http://www.biogeneticstructuralism.com/tenets.htm>, acessado em 27 de julho de 2019.

Todos os modelos neurofisiológicos que compreendem o ambiente cognitivo se desenvolvem a partir de modelos nascentes que existem como estruturas neurais iniciais geneticamente determinadas que já produzem a experiência do feto e do bebê. Chamamos esses modelos nascentes de estruturas neurognósticas, modelos neurognósticos ou simplesmente neurognose (Laughlin 1991, Laughlin e d'Aquili 1974: 83, Laughlin, McManus e d'Aquili 1990: 44-75). Quando desejamos enfatizar as próprias estruturas neurognósticas, tendemos a mencionar estruturas ou modelos. As estruturas neurognósticas correspondem aos arquétipos de Jung. É de se lembrar que, embora tenha sido dada muita atenção a imagens arquetípicas relativamente dramáticas em seus escritos, Jung realmente acreditava que havia tantos arquétipos quanto percepções típicas em toda a espécie (1968c [1936/37]: 48). A referência de Jung à incognoscibilidade essencial dos arquétipos em si também se aplica às estruturas neurognósticas em nossa formulação.⁸⁷

⁸⁷ Laughlin, Charles D. (1996) "Archetypes, Neurognosis and the Quantum Sea". *Jornal da Exploração Científica* 10 (3): 375-400.

2.3 - Transmissibilidade de arquétipos .

Quando Jung formulou sua Teoria dos Arquétipos na primeira metade do século XX, a Ciência então existente não poderia ajudá-lo suficientemente.

No entanto, atualmente, temos pesquisas científicas suficientes e credenciadas, capazes de apoiar a justificativa necessária para a validação de nossas reivindicações. Não demonstraremos ou revisaremos essas pesquisas científicas, porque isso ultrapassaria o objetivo, a estrutura e a metodologia deste trabalho. Além disso, as bases científicas mais importantes relacionadas à transmissibilidade arquetípica provêm das neurociências, cuja metodologia não é extensiva à Filosofia. .

No entanto, devemos indicar e fazer pesquisas científicas explícitas fundamentando nosso argumento e citar suas suposições essenciais sem alterar sua redação e estrutura, ao invés vez de apenas mencioná-las.

Os mecanismos para codificação, armazenamento e transmissão de informações genéticas (como os arquétipos) são descritos por Don M. Gash e Andrew S. Deane⁸⁸ como um processo complexo que determina principalmente

⁸⁸ Departamento de Anatomia e Neurobiologia, Faculdade de Medicina, Universidade de Kentucky

o conteúdo informativo genético no momento da concepção do indivíduo:

O nucleotídeo codifica seqüências de informações genéticas e estrutura cromossômica do genoma de um indivíduo. A transcrição e tradução de informações codificadas são processos moleculares dinâmicos que regulam a vida celular: respondendo a estímulos, mantendo a homeostase e regulando o crescimento, o desenvolvimento e a reprodução. Existem vários mecanismos para transmitir informação genética em células únicas e organismos multicelulares que envolvem a replicação da informação codificada.

[...] O conteúdo informativo baseado em neurônios é acumulado e modificado ao longo da vida no sistema nervoso humano. As informações no sistema nervoso são codificadas nas propriedades moleculares e celulares dos neurônios, em suas redes neurais e em suas conexões sinápticas.

[...] O mecanismo para a transferência de informações baseadas em neurônios de indivíduo para indivíduo em uma população ocorre via mente-a-mente. A

transferência de mente para mente envolve o cérebro, o corpo e a mente.⁸⁹

Tentar decifrar um sistema estruturado neural tão complexo, completamente desconhecido até algumas décadas atrás, é um desafio imensurável para a Ciência e um dos mistérios fascinantes relacionados ao fenômeno humano. Esse caminho exaustivo, apesar das circunstâncias, conquistou vários avanços, e cada um deles impulsiona os outros.

Recursos e mecanismos muito relevantes de codificação, armazenamento e transmissão de informações genéticas relacionadas ao comportamento humano foram recentemente descobertos, como os processos de Seleção Parental (Kin Selection).

A Seleção Parental é um estudo significativo sobre biologia evolutiva, originalmente proposto em 1963 pelo biólogo evolucionista britânico W.D. Hamilton, e oferece uma perspectiva analítica inteiramente nova para o comportamento social dos animais (principalmente os mamíferos, como o *Homo sapiens*).

Atualmente, a Teoria da Seleção Parental é um dos fundamentos do estudo moderno do

⁸⁹ Departamento de Anatomia e Neurobiologia, Faculdade de Medicina, Universidade de Kentucky

comportamento social que compreende as raízes de qualquer princípio moral.

A teoria esclarece os fundamentos evolutivos genéticos muito complexos de comportamentos sociais essenciais como o altruísmo e revela as escolhas originais baseadas no custo-benefício na vida animal em um grupo. A seleção de parentesco exige uma relação genética entre o doador e o destinatário do ato altruísta e, com certeza, a seleção é a explicação dominante para a evolução do comportamento de ajuda.⁹⁰

Portanto, podemos dizer que a Teoria da Seleção Parental repousa no berço da moralidade comportamental humana e revela a beleza fascinante dos arquétipos e de seu processo evolutivo.

Patten descreveu as idéias centrais da teoria da seguinte maneira:

É descrita com mais precisão como uma forma de seleção de grupo . Embora matematicamente, é possível - e até por vezes heurísticamente inestimável – tomar-se toda a variação de aptidões da seleção parental como propriedade de parentes ou indivíduos, obscurece as verdadeiras forças causais que provocam mudanças de frequência

⁹⁰ Michael D. Breed, Janice Moore, em *Comportamento animal* , 2012.

genética na seleção parental. A seleção parental é uma maneira de entender a mudança na frequência dos alelos como consequência das ações e interações entre indivíduos que compartilham alelos por descendentes comuns recentes - ou seja, parentes.

Assim como na seleção de grupos, isso é uma consequência das propriedades dos grupos que causam mudança de frequência de alelos. Com a seleção parental, porém, os grupos têm essa estrutura genética especial. A seleção de parentes tem sido usada para explicar a evolução da cooperação e do altruísmo nas sociedades animais. A evolução dos traços altruístas, que se opõem a grupos, mas são favorecidos entre grupos, é facilitada pelo parentesco próximo dentro dos mesmos,

As perdas de aptidão dentro do grupo que os altruístas sofrem são parcialmente compensadas pelos ganhos de aptidão de parentes que compartilham a mesma informação genética. Dessa forma, os genes que controlam o comportamento podem recuperar as perdas de aptidão dos doadores de ações altruístas. Hamilton especificou uma regra útil para atos altruístas, como aqueles que determinam se tais comportamentos são favoráveis evolucionariamente: $rb > c$. Ou seja, se os benefícios (b) conferidos aos

parentes, ponderados pela relação (r) do doador com o destinatário, forem maiores que o custo (c) conferido ao doador, essa ação é favorecida pela seleção natural.⁹¹

A idéia central da seleção parental é conhecida como a teoria da 'aptidão inclusiva' e foi formulada em um modelo matemático chamado Equação de Hamilton:

$$B / C > 1 / r$$

isso pode ser reorganizado como

$$rB > C$$

Os elementos de custo (C) e benefício (B) e parentesco (r) nesta equação já foram introduzidos. O custo (C) é a perda de aptidão potencial do doador. O benefício (B) é a adicionalidade do destinatário devido aos atos do doador. A mensagem fundamental desta equação é que o comportamento de doação por parte do doador deve ser favorecido no curso da evolução se a relação doador-receptor (r) multiplicada pelo benefício adicionado ao receptor for maior do que o custo para o doador.⁹²

Mais recentemente, Alan Grafen expôs vários novos modelos matemáticos diversificando os

⁹¹ Patten, em "Reference Module in Life Sciences" , 2017 - Em <https://www.sciencedirect.com/topics/biochemistry-genetics-and-molecular-biology/kin-selection> - acessado em 28 de julho de 2019

⁹² Michael D. Breed, Janice Moore op.cit

resultados das pesquisas de Hamilton e expandindo suas fronteiras analíticas.⁹³ O resultado de todas essas abordagens se concentra na mesma afirmação:

Cooperação e altruísmo - e de fato comportamento social em geral - são definidos na biologia evolutiva de acordo com conceitos de custo e benefício, em particular, de acordo com custos e benefícios para a adequação de organismos em interação. Os efeitos de adequação dos comportamentos são aparentes e mensuráveis por meio de interações entre agentes e destinatários. O comportamento altruísta, em particular, foi utilmente definido como o comportamento em que um agente paga um custo à sua aptidão disponível, direta e vitalícia, e um destinatário ganha um benefício à sua aptidão disponível direta e vitalícia.⁹⁴

Peter Woodford resume muitas discussões envolvendo a Teoria da Seleção Parental, e principalmente as provocadas por um artigo

⁹³ Grafen, Alan - Detectando seleção de parentes no trabalho usando aptidão inclusiva - Proc Biol Sci . 2007 7 de março; 274 (1610): 713–719. Publicado on-line em 2006 dez 12. doi: 10.1098 / rspb.2006.0140 ---- 00PMCID: PMC2197210 /

⁹⁴ West SA, AS Griffin, Gardner A . 2007 Semântica social: altruísmo, cooperação, mutualismo, forte reciprocidade e seleção de grupos. *Evol. Biol.* 20, 415- 432. (doi: 10.1111 / j.14209101.2006.01258.x) Crossref PubMed , ISI , Google Scholar - Apud Woodford Nota 18.

publicado na revista Nature por dois biólogos e matematas, Martin Nowak e Corina Tarnita. O artigo questionou a eficácia e o valor explicativo da teoria de 'aptidão inclusiva' de William Hamilton, a base teórica e matemática dominante de décadas de pesquisa empírica sobre a evolução do comportamento social - especialmente o comportamento cooperativo e altruísta - em todo o mundo.⁹⁵

O autor destaca a reação da comunidade científica, referindo-se a esse artigo:

Várias respostas altamente críticas foram formuladas por 137 eminentes teóricos e empiristas da biologia evolucionária [2]. O número de cientistas que rejeitaram as conclusões de Nowak, Tarnita e Wilson foi, por si só, uma indicação do ponto nevrálgico que atingiu, e também da contínua centralidade da teoria de Hamilton no estudo da evolução social. (Woodford, op.cit)

No que diz respeito à perspectiva filosófica, emergiu uma conclusão muito relevante dessas discussões: a natureza multidisciplinar de qualquer discussão sobre o comportamento humano, como declaramos ao longo deste trabalho.

⁹⁵ Woodford, Peter - Avaliando a aptidão inclusiva - Royal Society Open Science - Publicado: 26 de junho de 2019 <https://doi.org/10.1098/rsos.190644>

Descobrimos rapidamente que as questões levantadas, por sua natureza, abrangem uma variedade de disciplinas e áreas de especialização nas ciências biológicas, mas também em áreas que se baseiam em recursos teóricos das ciências da vida, como as ciências sociais evolutivas emergentes, antropologia, e filosofia. Esse escopo interdisciplinar se deve em grande parte ao crescente avanço na aplicação de teorias da evolução social em todo o mundo vivo, das células aos seres humanos, e a questões mais prementes sobre a generalidade dos princípios evolutivos. Por esse motivo, esta coleção apresenta artigos de pesquisadores em biologia matemática, ecologia comportamental, antropologia e medicina, filosofia da ciência e até teoria ética . (Woodford, op. Cit)

Sistematicamente, a ciência está buscando a demonstração das principais peças do quebra-cabeça que representa a transmissibilidade dos arquétipos.

CAPÍTULO VI

OS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA MORAL NA PRÉ-HISTÓRIA

1. Introdução .

A única evidência aceitável para sustentar nossos argumentos, em face da metodologia adotada neste estudo, são os elementos materiais do comportamento humano, que poderiam ser cientificamente levados em consideração, embora limitados a consequências correlatas de outras evidências materiais ou sólidas presunções hermenêuticas.

Deveríamos construir os contextos em que esses elementos comportamentais existiram durante o Paleolítico para verificar se eles expressam algum tipo de conteúdo moral e quais princípios que eles representam.

Devemos entender como conteúdo moral comportamental, qualquer evidência de que os agentes estejam conscientemente processando a capacidade de atender a necessidades sociais complexas e mutáveis.⁹⁶

⁹⁶ Roland Zahn , Ricardo de Oliveira Souza e Jorge Moll - *Fundação Neural da Moralidade* <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-097086-8.56026-7> - acessado em 29 de julho de 2019

As razões para eleger o Período Paleolítico como palco desses contextos são explicadas no Capítulo II.

Usaremos três contextos: o humano, o imaginário e o divino, e eles serão formatados a partir de pesquisas, análises, opiniões e evidências trazidas por vários autores.

2. O contexto humano.

Para construir o contexto humano no Paleolítico, devemos começar com um "cenário": uma descrição geral ou a atmosfera humana do período.

O pesquisador americano Norman Pedersen⁹⁷ nos fornece este cenário:

Em minha pesquisa sobre sociedades paleolíticas, usei uma correspondência direta dos humanos da Era do Gelo com sociedades simples de caçadores-coletores conhecidas pela antropologia atual. Este é um grupo muito limitado. O critério que usei foi considerar que as sociedades não tinham agricultura, eram nômades / semi-nômades e não tinham contato com a civilização. Talvez apenas os esquimós polares descritos por Peter

⁹⁷ A semente da civilização - As origens da guerra, casamento e religião - 2017 - Sól-Earth Publishers - ISBN 978-1978169531; Quando o nome de Deus foi falado pela primeira vez : corrigindo equívocos sobre a pré-história - 13 de dezembro de 2014 - ISBN-10: 1505457068

Freuchen se encaixem melhor nos critérios. O Kalahari Ju / wasi (Elizabeth Thomas Marshall), também conhecido como Kung e San Bushmen, teve um contato mínimo com as sociedades agrícolas. Os pigmeus Mbuti da floresta tropical de Ituri (Collin M. Turnbull) tiveram contato com agricultores vizinhos, mas permaneceram separados. O único outro grupo que achei que poderia atender aos critérios foram os aborígenes australianos, mas não há literatura suficientemente imparcial para ser estudada. Toda pesquisa antropológica tem um viés moderno, que deve ser considerado.

Essas quatro sociedades simples de caçadores-coletores tinham comportamentos sociais muito diferentes de todas as outras sociedades humanas: nenhum líder, completa igualdade entre indivíduos, independentemente de sexo ou idade, nenhuma agressão violenta e nenhum comportamento egoísta. (de uma mensagem pessoal de Pedersen ao autor).

Muitos outros pesquisadores endossam a correspondência direta e modelos semelhantes, e podemos encontrar uma argumentação equivalente nos trabalhos de Christopher Bohem:

Podemos projetar esses padrões específicos de trás para frente no tempo, usando uma sistemática "analogia

etnográfica". Esse ainda é um aspecto em desenvolvimento da pesquisa pré-histórica, mas minha versão conservadora sustenta que, se um comportamento for encontrado em todas as seis regiões em que os caçadores-coletores foram estudados por antropólogos nos últimos séculos, essencialmente o comportamento pode ser projetado retrospectivamente para incluir todos os humanos comportamentalmente modernos.⁹⁸

Podemos encontrar as teorias mais diversas e conflitantes relacionadas aos modelos culturais da evolução do comportamento humano e seus traços, desde suas origens primais até os dias atuais. A maioria delas leva em consideração as relações ou semelhanças entre esses traços pré-históricos e o comportamento humano moderno. Essa diversidade torna a pesquisa de alguma forma exaustiva e inconsistente. Christopher S. Henshilwood e Curtis W. Marean⁹⁹ consideram que, em vez de focar no desenvolvimento da teoria,

⁹⁸ Bohem, Christopher , *Origens da Moral: "A evolução do altruísmo, vergonha e virtude"* (Nova York: Basic Books, 2012). Veja também C. Boehm, "As Consequências Morais da Seleção Social", *Behavior* 171 (2014): 167-83.

⁹⁹ Christopher S. Henshilwood e Curtis W. Marean - *A origem do comportamento humano moderno - Crítica dos modelos e suas implicações nos testes* - apud *Current Anthropology* Volume 44, Número 5, dezembro de 2003 pela Fundação Wenner-Gren para Pesquisa Antropológica - pág.628.

muitos pesquisadores sugeriram características comportamentais que são consideradas modernas e concentradas no registro empírico da antiguidade e distribuição dessas características. Os autores oferecem uma tabela descritiva de referências entre alguns traços comportamentais importantes e seus correspondentes estudos representativos, esclarecendo a pesquisa sistemática sobre essas correspondências".

Esta primeira imagem, ou capa do nosso contexto, concentra o cenário mais intocado possível com seus principais requisitos: uma sociedade de caçadores-coletores, ausência de civilização e a inexistência de uma economia agrícola. Deveríamos contemplar esse cenário com total imunidade relacionada a qualquer viés moderno ou modelo histórico.

A primeira estrutura que este estudo deve considerar é a afirmação de que os seres humanos, desde o início do Paleolítico, demonstraram o uso de elementos comportamentais e que sua natureza foi habilitada com as características do que os antropólogos chamam de modelo de estrutura social do "triângulo CCC". O "Triângulo CCC" é uma combinação única de traços humanos: "Cognição", "Cultura" e "Cooperação", e empregaremos esse modelo para analisar os contextos pré-históricos.

Durante o seminário "Origens da singularidade humana e da modernidade comportamental", realizado pela Arizona State University em 2010, estudiosos de antropologia, primatologia, ciências

cognitivas , psicologia, paleontologia, arqueologia, biologia evolutiva e genética concordaram em definir que a singularidade humana é a " capacidade subjacente de produzir complexidade ", compreendendo a modernidade comportamental como a expressão dessas capacidades.¹⁰⁰

A cognição, a primeira dessas características, significa um elemento fundamental para qualquer comportamento moral e encontra seu conteúdo mais substancial na capacidade de lidar com abstrações. A evidência inquestionável da capacidade dos primeiros humanos paleolíticos, relativas ao uso de símbolos para representar conteúdos abstratos, vem da linguagem.

Somente os seres humanos têm linguagem, o que nos permite pensar sobre o que é certo ou errado.¹⁰¹ Alen situa o início da linguagem humana no Médio Paleolítico e comenta os estágios desse desenvolvimento:

O desenvolvimento humano no Médio Paleolítico contribuiu para o surgimento da fala e da linguagem, arte, religião e habilidade técnica. Ao longo do tempo

¹⁰⁰ Despain, David - "Os primeiros seres humanos usaram força cerebral, inovação e trabalho em equipe para dominar o Planeta ". Scientific American -em <https://www.scientificamerican.com/article/humans-brain-power-origins/> - acessado em 03 de agosto de 2019 .

¹⁰¹ Boehm, Christopher - Minding Nature Journal: 2017, volume 10, número 2 - em <https://www.humansandnature.org/May-2017>

a fala se desenvolveu através do seguinte caminho: a primeira fase é caracterizada geralmente por pantomimas acompanhadas de grunhidos; no segundo estágio os povos paleolíticos começaram a se comunicar com gestos precisos associados aos correspondentes símbolos vocais ou palavras e, no final da terceira fase as pantomimas e grunhidos desapareceram completamente. As pessoas começaram a usar sinais sistemáticos e palavras. No início do terceiro estágio surgiu o pensamento analítico e a concludente. Desde aquela época, falar e pensar, registrava um crescimento constante.¹⁰²

Os símbolos fonéticos, sons e gestos semânticos alcançaram sua codificação visual progressivamente, iniciando a construção da linguagem escrita. A evidência mais antiga conhecida de expressão visual de idéias abstratas é datada de 60.000 aC e está gravada numa casca de ovo (103) .

Portanto, os primeiros humanos paleolíticos possuíam as condições necessárias para lidar com

¹⁰² Alen, S - Cultura lingüística e espiritual na idade da pedra - 17 de dezembro de 2015 em <https://www.shorthistory.org/prehistory/language-and-spiritual-culture-in-old-stone-age/> -acessado 11/03/2019

abstrações complexas e expressá-las com a simbologia semântica apropriada, possibilitando a interação entre indivíduos que ultrapassavam os padrões simples e instintivos e incorporavam sua vontade, desejos, sensibilidade, idéias, interpretações, e sentimentos.

Além da linguagem e outros elementos semióticos, a tecnologia é um indicador relevante dos estágios cognitivos dos seres humanos. A tecnologia durante o longo período paleolítico evoluiu (i) referencialmente para as relações dos seres humanos com o meio ambiente e suas necessidades de sobrevivência e (ii) como um paralelo da evolução biológica. O processo evolutivo dessa evidência de cognição, tão significativo e revelador quanto a linguagem, é classificado de acordo com suas características e cronologia por Joseph V.Ferraro¹⁰³

O autor ressalta que nosso conhecimento sobre a tecnologia paleolítica está apenas no começo e que os elementos disponíveis são muito poucos. No entanto, o que temos no momento é fortemente indicativo dos contextos que estamos estudando e, com certeza, como comenta Ferraro, devemos considerar essa aparente fraqueza do material científico como um estágio promissor:

Em vez de ser totalmente desmoralizante, isso na verdade contribui para tempos incrivelmente interessantes e estimulantes nos estudos paleolíticos.

¹⁰³ Ferraro, JV (2012), Um pesquisador em tecnologia paleolítica. Conhecimento em educação natural 4 (2): 9

Novas descobertas importantes são feitas todos os dias; novas técnicas analíticas fornecem janelas para o passado que eram praticamente inconcebíveis até poucos anos atrás, e a adoção generalizada de uma abordagem científica cada vez mais rigorosa fornece aos arqueólogos uma sólida base metodológica sobre a qual se pode criar uma disciplina de ponta do século XXI. A 'era de ouro' da arqueologia paleolítica está apenas começando.¹⁰⁴

Assim, por vários meios, a ciência demonstra que o comportamento do homem paleolítico, diferentemente de outros animais, não era apenas a construção de ações determinadas por instintos, mas um processo cognitivo original, complexo e consciente nas estruturas da mente e do cérebro. Se no comportamento de todos os outros animais apenas podemos identificar reações instintivas a determinados estímulos, no caso da evolução humana primal, devemos aceitar a existência de padrões comportamentais baseados em escolhas entre diferentes possibilidades afetadas pela interação entre indivíduos, muitas vezes divergentes das formas comportamentais instintivas normalmente esperadas.

Pedro Blaz Gonzalez considera essa suposição em seu conceito de economia dos seres:

¹⁰⁴ Ferraro, op. Cit.

Em relação ao homem na pré-história, a economia do ser representa um momento de premente necessidade vital, quando o escopo de valores era mais estreito do que é hoje. Isso sugere que fazer escolhas que salvaguardassem a sobrevivência dos indivíduos e de seu pequeno clã era de importância crucial. Parece que a gama de escolhas do homem primitivo foi guiada de maneira eficiente em direção à sobrevivência. Dadas as demandas físicas, emocionais e psíquicas de suas condições de vida, a escolha pelo homem primitivo exigia um envolvimento consciente com seu campo limitado de possibilidades.¹⁰⁵

Chamamos esses padrões comportamentais de "arquetipos", e aqui afirmamos que eles continham todos os elementos e qualidades essenciais existentes em qualquer conceito de moral, a qualquer tempo ou momento.

O segundo elemento do "Triângulo do CCC" é "Cultura", que significa um produto do pensamento e do aprendizado social facilitado pela linguagem, tecnologia, criatividade e inovação.¹⁰⁶

Pode-se identificar um contexto cultural pela observação das características externas de um

¹⁰⁵ Gonzalez, Pedro Blaz / - *A Economia do Ser* - Cultura. International Journal of Philosophy of Culture and Axiology 11 (1) / 2014: 23-39

¹⁰⁶ Despain, David - op.cit.

grupo ou estrutura social: linguagem, arte, crenças, interação interna e organização.

Pedersen concentrou-se nesses elementos para delinear a estrutura cultural dos seres humanos no Paleolítico:

Abordamos os estudos sociológicos e antropológicos com a crença de que a natureza humana é absoluta, que as pessoas são sempre pessoas; que sempre tivemos as mesmas motivações e emoções. Infelizmente, isso provou ser uma suposição falsa. 20.000 anos atrás, a natureza humana era muito diferente daquilo que hoje entendemos como tal. Violência e agressão, competição e ambição; vaidade e ganância não são primais; surgiram do comportamento humano moderno. Toleramos comportamentos anti-sociais por entendê-los como inerentes à nossa natureza humana; mas nenhuma dessas características existia entre sociedades simples de caçadores-coletores (e, portanto, entre nossos ancestrais pré-históricos). Por 150.000 anos, a natureza humana foi mais delicada e gentil, não agressiva e atenciosa. Nossos ancestrais eram inteligentes, extremamente competentes, igualitários e altruístas. Essa é a natureza humana de nossas espécies

de *Homo sapiens* antes do advento da Civilização se tornar necessário.¹⁰⁷

Algumas estruturas específicas são observáveis no Paleolítico, começando pela organização social.

Analisar a organização social no Paleolítico é uma tarefa árdua por três razões principais: (i) o período é excepcionalmente longo e abrange diferentes estágios de desenvolvimento e evolução humanos; (ii) a evidência científica é escassa e frequentemente incongruente; (iii) muitos tipos de pesquisa contêm vários vieses e seus resultados não podem ser totalmente validados.

Uma demonstração dessa fragilidade de resultados na pesquisa paleolítica é visível em algumas incongruências frequentes. Evidências em estudos arqueológicos sugerem que a organização social paleolítica possuía uma estrutura simples e um padrão uniforme de comportamento social. Ao contrário desta afirmação, pesquisas recentes sobre elementos fósseis e paleoambientais indicam estruturas sociais complexas e uma variabilidade visível no comportamento social.

Steven Mithen avalia a incongruência de tais descobertas da seguinte maneira:

Argumentarei que a resolução desse paradoxo e, de fato, uma compreensão da pré-história primitiva em geral, só

¹⁰⁷ Pedersen, Norman - <https://pedersensprehistory.com/biases-about-prehistory> - acessado em 18 de março de 2019.

pode ser obtida abordando a evolução da mente, um argumento que eu expus em mais detalhes em outros lugares (Mithen, 1996).¹⁰⁸

Pedersen nos adverte sobre o conteúdo inapropriado de muitos estudos disponíveis sobre a sociedade paleolítica:

Os estudiosos assumem que os comportamentos dos homens modernos são universais ao longo do tempo, por exemplo, antagônicos, coercitivos, dominadores, beligerantes.

Os estudiosos usam as motivações do homem moderno para explicar as sociedades de caçadores-coletores. Por exemplo, intimidação, pressão dos outros indivíduos, segregação. Esses termos não se aplicam às sociedades nômades de caçadores-coletores. Eles são ingredientes apenas dos homens modernos e civilizados. Os estudiosos geralmente não conseguem diferenciar entre caçadores-coletores nômades / semi-nômades e caçadores-coletores sedentários. Há um mundo de diferenças, e é por isso que eles foram

¹⁰⁸ Mithen, Steven - A pré-história inicial do comportamento social humano - Questões de referência arqueológica e evolução cognitiva - Anais da Academia Britânica - 88, pg.145 / 177

classificados como caçadores-coletores simples e complexos.¹⁰⁹

O autor vai além e recomenda o banimento, nesses estudos, do uso de conceitos e linguagem inadequados para definir comportamentos individuais e sociais, e indica termos e conceitos que não têm significado para os caçadores-coletores: divisão do trabalho, domínio masculino sobre o feminino, status, território, propriedade, regras de reciprocidade de em trocas, definições de parentesco, parentesco como fator social, casamento como fator político, casamento com primos evitados como tabu cultural, pressão dos pares, agressão, coerção como fatores sociais e crime.

Portanto, desde que nossas preocupações se refiram a conteúdos morais agregados ao comportamento social, concentraremos nossa atenção na evolução das evidências da mente, e não nas características sociais estruturais ou organizacionais mostradas pela arqueologia tradicional.

Preferimos esses caminhos, Embora algumas características organizacionais sejam amplamente conhecidas e sejam suficientes para fundamentar nosso estudo sobre os elementos comportamentais decorrentes da estrutura social do Paleolítico.

¹⁰⁹ Pedersen, Norman – A Pré-História de Pedersen em <https://pedersensprehistory.com/biases-about-prehistory>

Três níveis de organização social são reconhecidos entre os caçadores-coletores humanos: a unidade doméstica, a comunidade e a bando.¹¹⁰ Nestes três níveis, devemos procurar especificamente evidências sociais e comportamentais.

Wolfgang Haak¹¹¹ alcançou a demonstração da unidade doméstica. Ele alegou ter trabalhado com sua equipe na análise de algumas relações familiares em uma série notável de enterros descobertos na Alemanha Central em 2005 e declarados nos Anais da Academia Nacional de Ciências. "Estabelecemos a presença do núcleo família clássico em um contexto pré-histórico." Os pesquisadores descobriram que as crianças e os homens adultos cresceram na área de Eulau, enquanto as mulheres adultas vieram de pelo menos 60 quilômetros de distância - uma indicação de que os núcleos familiares nessa região estavam organizadas em torno de homens locais que acasalavam com mulheres de outros locais.¹¹²

¹¹⁰ Robert Layton, Sean O'Hara, Alan Bilsborough - Antiguidade e funções sociais da organização social multinível entre caçadores-coletores humanos - International Journal of Primatology Volume um 33, edição 5 , pp 1215–1245 DOI <https://doi.org/10.1007/s10764-012-9634-z> .Springer US - Print ISSN0164-0291 Online ISSN1573-8604

¹¹¹ Um geneticista do Centro Australiano de DNA Pré-Histórico em Adelaide.

¹¹² Balter, Michael - *Valores da família pré - histórica* - 17 de novembro de 2008 em <https://www.sciencemag.org/news/2008/11/prehistoric-family-values> - acessado em 12 de dezembro de 2018

A expressão “núcleo familiar clássico” com certeza é um viés moderno que não devemos adotar. De qualquer forma, é relevante a demonstração da existência de um núcleo doméstico definido e estável.

Atualmente, não há meios de se decifrar as várias características específicas desses núcleos, mas sua existência, por si só, é suficiente para sustentar a existência de comportamentos sociais indispensáveis e adequados entre seus membros, com base nas necessidades, motivações e escolhas. A interação indubitável dos núcleos constrói as comunidades primitivas, que, por sua vez, significam a prática de comportamentos sociais mais complexos, baseados nos mesmos elementos.

Pelo simples fato de que isso aconteceu entre agentes dotados de capacidade cognitiva suficiente, todos esses processos significaram práticas diversificadas de escolhas individuais e coletivas. Em outros termos, eles continham princípios e comportamentos morais.

Além dessa organização social, vários outros elementos culturais são expressivos no que diz respeito às estruturas psicológicas, emocionais e comportamentais dos indivíduos.

Podemos exemplificar com a consciência da vida e da morte, a interminável questão metafísica do humano, que aparece com traços culturais determinantes no Paleolítico:

Desde o Médio Paleolítico, cerca de 120.000 anos AC , enterros de crianças, mulheres e homens jovens encontrados em cavernas na Europa (França) e Ásia (Palestina) sugerem vínculos de relacionamento e comportamento social. Estas são as primeiras indicações de respeito e crenças em uma vida após a morte e são expressões mentais do homem de Neandertal . Os mortos também eram enterrados em cavernas, abrigos de pedra e valas, independentemente do sexo. Os enterros são acompanhados por oferendas do grupo social, como ferramentas, chifres de animais e flores. Em muitos casos, o rosto ou o corpo dos mortos era adornado com ocre, "o ouro" do Paleolítico. Hábitos semelhantes surgiram em numerosos enterros humanos do Homo sapiens sapiens (homem moderno), que datam do Paleolítico Superior (35.000 a 11.000 AC).

113

Inúmeras evidências desse comportamento social relacionado ao dualismo vida-morte são expressas em práticas e rituais no período. Somente seres cognitivos e morais são capazes de formular,

¹¹³ "Sociedade Paleolítica" em

<http://www.ime.gr/chronos/01/en/pl/society/index.html> – acessado em 24 de maio de 2019.

interpretar, simbolizar e expressar esse dilema metafísico. Sob qualquer circunstância, vida e morte são questões morais.

Christopher Bohem esclarece a evidência da consciência do valor da vida, um dos princípios morais mais significativos, nas sociedades paleolíticas:

Pré-históricamente, matar membros de grupos era moralmente condenado, pois a crença de que “não matarás” precedeu temporalmente, em muito, os escritos da Bíblia. No entanto, essa condenação antiga e universal estava sujeita a importantes exceções. A morte por misericórdia era tolerada, assim como o infanticídio como forma de controle de natalidade, enquanto a pena de morte era legítima como uma estratégia de grupo para lidar com atos extremos, intoleráveis e inevitáveis de outros desvios sociais. Tais práticas foram o resultado de intenções da comunidade e, para serem adotadas, tiveram que ser fortemente aprovadas - ou pelo menos ser moralmente apoiadas - por todo o grupo. [...] Isso significa que nossos pequenos grupos de caça pré-históricos, , geralmente nômades, ao menos nos últimos milhares de gerações, atuavam como comunidades morais autoprotetoras e julgadoras, que podem formar um consenso e moralmente concordar em tomar medidas extremas

sempre que um problema social se tornar suficientemente daninho. [...] Com punição capital e altruísmo, padrões de escolha sofisticada têm trabalhado consistentemente ao longo dos períodos evolutivos para criar esses efeitos paralelos em nosso genoma.¹¹⁴

Além da organização social, as artes desempenham um papel essencial em qualquer contexto cultural e descrevem a percepção e a cognição humanas em uma determinada situação de espaço-tempo. Apesar da universalidade da sensação estética como Kant sustentou, seu ' conteúdo material é fortemente cultural-relativo.

A diversificada arte paleolítica revela muitas características da vida individual e social da época e fundamenta as noções modernas sobre a universalidade estética. As relações diretas e a influência recíproca entre artes e moral são amplamente conhecidas.¹¹⁵

Revelações de atividade artística, na forma de gravuras diagonais feitas com um dente de tubarão, foram feitas em 2014, relacionadas a um fóssil de 500.000 anos de um molusco encontrado

¹¹⁴ Bohem, Christopher - Pena capital pré-histórica e efeitos evolutivos paralelos - *Minding Nature*: 2017, volume 10, número 2

¹¹⁵ Kieran, Matthew - Arte, Imaginação e Cultivo da Moralidade (arte) *The Journal of Aesthetics and Art Criticism* - vol. 54, n. 4 (outono de 1996), pp. 337-351

em Java na década de 1890, associado ao Homo erectus.¹¹⁶

Podemos estimar que o desenho mais antigo conhecido, feito por mãos humanas, tenha 73.000 anos.¹¹⁷

Resultados de locações de arqueologia paleolítica sugerem que os indivíduos pré-históricos usavam ferramentas de escultura e perfuração para fazer instrumentos e criar música para comunicação e diversão . Os arqueólogos descobriram flautas paleolíticas esculpidas em ossos nos quais são perfurados orifícios laterais. A flauta "Divje Babe" , esculpida a partir de um osso de urso das cavernas , é estimada em ter pelo menos 40.000 anos.¹¹⁸

A dança também era uma manifestação artística. Os antropólogos se referem a sua prática como inspirada nos movimentos da natureza (animais, vento, ondas e outros elementos) e usada em cerimônias, rituais e na vida cotidiana, expressando sentimentos, orações, emoções e acontecimentos.

Os restos da arte paleolítica são muito poucos, mas sua existência naqueles tempos remotos é uma

¹¹⁶ <https://www.newscientist.com/article/mg22429983.200-shell-art-made-made-300000-years-before-humans-evolved.html>

¹¹⁷ St. Fleur , Nicholas (12 de setembro de 2018). "Desenho mais antigo conhecido por mãos humanas descoberto na caverna da África do Sul" The New York Times . acessado em 15 de setembro de 2018.

¹¹⁸ Massey, Reginald e Massey, Jamila. A música da Índia - Google Livros

demonstração consistente das antigas habilidades emocionais cognitivas e relacionais humanas.

Ambrose (118) diz: "A arte paleolítica, bem como a arte de outras culturas de caçadores-coletores ao longo da história, parece provar que a arte existe em todas as sociedades humanas".

Do mesmo modo que nas sociedades modernas, a arte paleolítica expõe um conteúdo semiótico complexo que envolve a experiência empírica, as referências e interpretações ambientais, a interação humana e o imaginário projetivo. As pesquisas de Mithen chegaram a essa evidência:

Essa arte fazia parte da moderna adaptação ecológica humana ao ambiente. A arte funcionava para estender a memória humana, manter conceitos difíceis de entender pelas mentes e instigar o pensamento criativo sobre a solução de problemas ambientais e sociais.¹¹⁹

Donald considera tal universalidade do ponto de vista de sua causalidade:

Não há razão para pensar que a arte visual no Paleolítico Superior tenha vindo de uma fonte criativa diferente da atual. O cérebro humano é a restrição

¹¹⁹ Mithen, Steven (2009) - " Farejadores Atentos: um estudo da tomada de decisão pré-histórica " Cambridge University Press; reedição (12 de março de 2 009) ISBN-10: 052110288X ISBN-13: 978-0521102889

biológica e a fonte última de criatividade. A cultura fornece os campos semânticos específicos que determinam o significado. Assim, não podemos esperar que a inspiração para a arte parietal do Paleolítico Superior tenha sido de alguma forma originada fora das redes sócio-cognitivas que moldaram seus equivalentes modernos.¹²⁰

O terceiro e último elemento do "Triângulo do CCC", nosso modelo sociológico, é "Cooperação".

Para analisar esse elemento, temos duas maneiras: a afirmativa e a negativa, ou o raciocínio lógico da "inclusão-exclusão".

De maneira afirmativa (inclusão), uma descoberta geral descarta evidências e estudos específicos: o homem paleolítico sobreviveu e evoluiu continuamente por cento e cinquenta milênios, com base em pequenos e organizados grupos interativos. Eles trocaram recursos como artefatos, tecnologia, conhecimento, experiência e crenças, nas condições ambientais mais agressivas e inóspitas da vida nômade, carentes de recursos e

¹²⁰ Donald, M. (2009) 'As raízes da arte e da religião na cultura material antiga', em Renfrew, C & Morley, apud Ambrose, Darren - *A afetividade da arte pré-histórica* (parte 2) em <https://dcambrose.com/filosofia/a-afetividade-da-arte-pre-historica-parte-2/> - acessado em 21 de abril de 2019

cheias de ameaças. Inquestionavelmente, esta odisséia não seria possível sem a cooperação.

Não importa para o nosso estudo determinar como aconteceu a cooperação e quais evidências detalhadas temos sobre esses formulções ou procedimentos específicos. A cooperação no Paleolítico, desse ângulo afirmativo, é apenas uma inferência lógica óbvia, apoiada no argumento histórico.

Do lado negativo (exclusão), devemos perguntar sobre a presença do oposto da cooperação, para confirmar (ou negar) as conclusões da maneira afirmativa. O oposto de cooperação significa competição, e aqui, mais uma vez, Pedersen pode nos ajudar:

Os esquimós polares e os Kalahari Ju / wasi não tinham competição. Eles a evitavam frequentemente. Nossos simples ancestrais caçadores-coletores viveram a mesma experiência, com perfeita equanimidade social, por 150.000 anos.

Justificamos a competição como construtoras de habilidades físicas e mentais, mas nossos ancestrais simplesmente praticavam suas habilidades até o ponto em que elas fossem suficientemente adquiridas: - eles

não precisavam de vencer um oponente para isso.¹²¹

O argumento de Pedersen fica mais forte na extensão em que ele considera a guerra como a competição extrema. De fato, não há pesquisas indicando os restos de conflitos armados ou guerras no Paleolítico.

Conclusivamente, o caminho lógico exclusivo confirma o inclusivo, e podemos afirmar coerentemente e profundamente que a presença de cooperação é evidência nas sociedades paleolíticas.

3. O Contexto do Imaginário e do Divino

O imaginário é o reino do livre arbítrio humano. Essa afirmação geralmente provoca uma reação de repugnância ou uma queixa enfurecida entre os deterministas radicais de qualquer seita.

Não discutiremos essas idéias teóricas pré-formatadas que não iluminam nenhuma discussão, e cujos esforços para demonstrar que o conhecimento e a consciência humanos não existem levam à crença inútil da esterilidade da inteligência.

¹²¹ Pedersen, Norman - A Semente da Civilização - Sól-Earth Publishers
- ISBN 978 - 1978169531 - pág. 115

Podemos aprender com o neurocientista Peter Ulrich Tse que o que dissemos tem fundamento científico:

Veremos que os resultados que surgem de operações internas na memória funcional, que proporcionam imaginação e deliberações sobre o futuro, podem alterar as probabilidades de futuros cursos de ação. Argumentarei que a evolução instanciou essas condições necessárias para o livre arbítrio em nossos cérebros. De fato, a evolução nos proporcionou dois tipos de livre arbítrio: um que compartilhamos com outros animais, a saber, a capacidade de pesar e selecionar dentre as opções projetadas internamente, e o outro, exclusivo dos seres humanos, que é a capacidade de imaginar e, em seguida, começar a se tornar um novo tipo de escolha no futuro.

122

A presença e expressão do imaginário em uma sociedade é uma demonstração cultural da capacidade cognitiva, consciência social, sensibilidade estética, livre arbítrio e criatividade entre seus indivíduos. O imaginário é um

¹²² Tse, Peter Ulrich no curso *Libertarian Free will – Evidence Neuroscientific and Philosophical Evidence* - no Dartmouth College.

ingrediente material na construção do comportamento moral. A projeção da realidade atual em um futuro imaginário, e a percepção de suas conseqüências, é um mecanismo de escolha inteligente e certamente é um mecanismo moral. Sem essa projeção, o comportamento moral, que é um exercício de escolha, seria uma simples ocorrência aleatória.

A presença do imaginário e suas diversas expressões são uma das características relevantes das sociedades paleolíticas. A estrutura semiótica dessas expressões, e a capacidade evolutiva de lidar com símbolos, são elementos visíveis desde o início do Paleolítico.

Pesquisas indicam que a evolução das artes durante esse período é visível nas formas visuais, bem como nas danças rituais e outras expressões estéticas, além de superarem a representação do mundo conhecido. A arte se tornou conceitual quando alcançou o nível de expressão de abstrações, como emoções e elementos imaginários, e configurou a prática da "arte em prol da arte".

Eduardo Palacio-Pérez e Aitor Ruiz Redondo focalizaram o conteúdo de tais expressões do imaginário:

No curso das pesquisas atualmente sendo realizadas em Santimamine (Bizkaia, Espanha) (González S'ainz & Idarraga 2010) e Altzerri (Gipuzkoa, Espanha), uma série de figuras zoomórficas foi identificada (quatro no

total entre os dois locais) que representam criaturas que não existem na natureza (Figura 1). São exemplos das chamadas "criaturas imaginárias", seres irrealis ou fantásticos que aparecem nos conjuntos de arte paleolítica. Apesar de sua raridade - menos de 50 são conhecidos na arte parietal do Paleolítico - eles têm sido objeto de debate e controvérsia desde que o primeiro deles foi descoberto.¹²³

Do mesmo modo, a experiência humana naqueles tempos trouxe a percepção do âmbito do Divino e, diante da compreensão da morte, as crenças coletivas e projetivas sobre uma vida "post mortem". Aqui a religião, os mitos e ritos começam.

Focando este contexto, podemos entender que tanto os rituais quanto a religião são expressões diferentes do comportamento humano do mesmo fenômeno: a suposição da existência do Divino e as formas de relação e comunicação com a divindade.

Evidências críveis e coerentes, trazidas pela arqueologia e antropologia, indicam a existência desse sentimento e percepção metafísicas desde pelo menos os meados do período paleolítico. A

¹²³ Palacio-Pérez, Eduardo e Redondo, Aitor Ruiz - Criaturas imaginárias na arte paleolítica: sonhos pré-históricos ou sonhos dos pré-históricos? DOI: <https://doi.org/10.1017/S0003598X00050341> Publicado online por Cambridge University Press: 02 de janeiro de 2015

religião agrega os conteúdos espirituais e psicológicos, sistemas e elementos semióticos que definem a relação da divindade com os humanos. Os rituais são comportamentos corporais e psicológicos estereotipados que expressam elementos da religião.

Hervey C. Peoples, Pavel Duda e Frank W. Marlowe descrevem as características desse processo:

Reconstruímos estados de caracteres ancestrais usando uma "superárvore temporalmente calibrada", baseada em árvores filogenéticas publicadas e classificação linguística, e depois testamos a evolução correlacionada entre os caracteres e a direção da mudança cultural. Os resultados indicam que o traço mais antigo da religião, presente no ancestral comum mais recente dos caçadores-coletores atuais, foi o animismo, de acordo com crenças de longa data sobre o papel fundamental desse traço. Surgiu a crença na vida após a morte, seguida de xamanismo e adoração aos antepassados. Espíritos ancestrais ou deuses elevados que são ativos nos assuntos humanos estavam ausentes nos primeiros humanos, sugerindo uma história profunda para a natureza

igualitária das sociedades de caçadores-coletores.¹²⁴

O imaginário individual e coletivo, a capacidade de interpretar a natureza como expressão do divino, de representá-la com elementos semióticos e de superar o desconhecido pela construção de mitos, lendas e abstrações figurativas foram os ingredientes do contexto imaginário / divino.

Dessa complexa experiência humana, surgiu a sensibilidade estética, as suposições metafísicas e as crenças religiosas. Eles evoluíram continuamente para comportamentos morais e sociais específicos incorporados ao inconsciente coletivo.

Em termos junguianos,

A mentalidade primitiva não inventa mitos; experimenta-os. Os mitos são revelações originais da psique pré-consciente, declarações involuntárias sobre acontecimentos psíquicos inconscientes e qualquer coisa, menos alegorias de processos físicos. Tais alegorias seriam uma diversão ociosa para um intelecto não científico. Os mitos, pelo contrário, têm um significado vital. Não apenas representam, são a vida psíquica da tribo primitiva, que imediatamente se desfaz e se deteriora

¹²⁴ People, Hervey C. , Duda, Pavel e Marlowe, Frank W. "Hunter-Gatherers e as origens da religião", *HumNat Journal* - Sep 2016: 27 (3): 261-82. doi: 10.1007 / s12110-016-9260-0

quando perde sua herança mitológica, como um homem que perdeu a alma. A mitologia de uma tribo é sua religião viva, “cuja perda é sempre e em toda parte, mesmo entre os civilizados, uma catástrofe moral.

No entanto, a religião é um elo vital com os processos psíquicos independentes da consciência e além dela, no escuro interior da psique. Muitos desses processos inconscientes podem ser indiretamente ocasionados pela consciência, mas nunca por escolha consciente. Outros parecem surgir espontaneamente, ou seja, de nenhuma causa consciente discernível ou demonstrável.¹²⁵

¹²⁵ Jung, Carl Gustav - Os arquétipos e o inconsciente coletivo, cit. Vol.4

CAPÍTULO VII

RECOMPOSIÇÃO DE UM SISTEMA PRÉ-HISTÓRICO DE MORAL

Se contemplarmos os três contextos das sociedades paleolíticas que exploramos (o humano, o imaginário e o divino), certamente algumas questões surgem. As mais importantes são: "O que tornou esses contextos possíveis?" "Quais são as condições 'sine qua non' desse processo?"

Entre explicações diversas e igualmente corretas, isso se torna o centro de nosso estudo: um sistema de comportamento moral esteve sempre presente na evolução social humana. Analisando a estrutura do nosso modelo sociológico do "Triângulo do CCC", podemos entender imediatamente que nada contido nas evidências que coletamos existiria na ausência de comportamento moral. Se eliminássemos a existência de um sistema moral em qualquer fase da evolução humana, os resultados mudariam drasticamente. É relativamente simples construir vários modelos sociais e antropológicos experimentais baseados na ausência da moral desde o início do Paleolítico. Ocorre que nenhum deles conduzirá aos mesmos resultados demonstrados pela História Humana.

Estávamos procurando, desde o início deste trabalho, "a bola deste jogo". Não conseguíamos vê-la porque a foto colorida da partida de futebol não a mostrava. No entanto, sabíamos que estava

lá porque é um elemento indispensável para uma partida de futebol. Negar sua presença significaria que o que vimos na foto poderia ser uma festa, uma peça teatral ou qualquer outra coisa que não uma partida de futebol. O Triângulo CCC nos mostrou que ela existe.

Toda essa evidência trazida por diferentes fontes é o fundamento de nossas inferências e, passando por pesquisas filosóficas e científicas, teorias e debates, finalmente encontramos a justificativa de nosso raciocínio.

De nossos três contextos, podemos facilmente extrair vários princípios morais existentes no Paleolítico, representados e expressos através de comportamentos sociais, sem os quais a história não seria como é. É possível resumi-los da seguinte forma:

A noção de vida e morte.

A percepção do valor da vida humana e a necessidade de preservá-la.

A necessidade da melhor relação entre o indivíduo e a vida social para possibilitar a sobrevivência.

A necessidade de comportamentos cooperativos e esforços congregacionais para esse fim.

A definição de situações extremas em que a sobrevivência social prevalece sobre a existência individual (pena de morte, eutanásia, etc.).

Altruísmo em vez de egoísmo.

Igualdade e ausência de discriminação.

Ausência de de dominação social ou interpessoal.

O valor do livre arbítrio e a importância das escolhas.

Agregação e troca em vez de competição e agressão.

O significado do núcleo doméstico-familiar e sua estabilidade.

A responsabilidade pela reprodução e cuidados com a prole,

A expressão de sentimentos, idéias e emoções por meios sociais, como as artes.

O dilema consciente sobre a morte e a vida após a morte.

A percepção do Divino, os esforços para entendê-lo e a projeção de sua natureza.

Uma relação não destrutiva com o meio ambiente.

Flexibilidade para adaptação.

Por "Sistema Moral Paleolítico" entendemos o modelo social e comportamental que podemos construir com todos esses princípios trazidos pela observação empírica da experiência humana. De maneira alguma, adotamos qualquer tipo de abordagem deontológica nesses comportamentos e os entendemos como

características proposicionais internas das sociedades envolvidas, adquiridas pela experiência e agregadas ao genoma humano como elementos do inconsciente coletivo. Eles são os arquétipos morais, o objeto deste estudo.

Por esse motivo, afastamo-nos de qualquer tentativa de interpretar esses arquétipos como um código moral. Os códigos morais não têm sentido para o pensamento filosófico. Eles são modernas expressões linguísticas deontológicas e formais da tentativa de converter em preceitos sociais objetivos alguns princípios morais específicas, intencionalmente escolhidos de acordo com as circunstâncias de uma sociedade em um determinado contexto espaço-tempo. São expressões semânticas teleológicas formais. Não é possível, portanto, o surgimento de um sistema moral a partir do estudo de um código moral, seja ele qual for. Os sistemas morais abrigam e protegem comportamentos, em vez de declarações textuais, e podem ser comparados com outros sistemas. Por sua vez, os códigos morais não podem ser comparados a nada, exceto a si mesmos.

CAPÍTULO VIII

RELAÇÕES ENTRE O SISTEMA MORAL PALEOLÍTICO E A SOCIEDADE MODERNA

Os princípios contidos no sistema moral paleolítico viajaram por incontáveis milênios gravados no genoma humano, até os dias atuais. Eles nunca mudaram, nem nossa natureza os esqueceu. Em muitos tempos e lugares, por várias razões, eles não foram representados no comportamento social como um sistema moral ou não foram adotados por grupos sociais por alguns períodos de tempo. No entanto, eles permanecem lá em sua integridade, sempre e sempre.

Há apenas uma possibilidade hipotética de eliminação do sistema moral paleolítico do nosso inconsciente coletivo: a construção de uma sociedade humana muito mais eficiente como estrutura evolutiva do que as sociedades caçadoras-coletoras, baseada em comportamentos morais inteiramente diferentes e capazes de obter mais sucesso evolucionário do que elas, sob todos os pontos de vista.

Essa sociedade hipotética deve ser submetida aos processos dialéticos naturais de sobrevivência, evolução e estabilidade da humanidade por muitos milênios, para substituir gradualmente o conteúdo de nosso inconsciente coletivo existente. No entanto, esta hipótese é irreal e constituiria um mundo diferente e uma espécie diferente daquilo que fomos e somos.

Com certeza, qualquer sistema moral eficaz é adaptável a mudanças culturais, tecnológicas, biológicas e ambientais . A adaptabilidade é um dos princípios cruciais que mencionamos. Por esse motivo, argumentamos que nossos fundamentos morais originais são de alguma forma relativos aos contextos tempo-espaço.

Quando mudanças estruturais no tecido social ocorreram com os primeiros assentamentos agrícolas e organizações urbanas, no final do Paleolítico Superior e no início do período Mesolítico, ocorreu um dos processos mais significativos de adaptação do comportamento humano. Mesmo sob a influência dessas mudanças extremas no modelo social, os princípios morais do Paleolítico persistiram com flexibilidade e adaptabilidade. De fato, as pesquisas sustentam a crença de que os modelos sociais, resultantes da transformação da sociedade de caçadores-coletores na vida territorial decorrente dos primeiros assentamentos, não continham necessariamente nenhum traço ou mecanismo de interrupção do comportamento moral.

O modelo econômico da sociedade mesolítica primitiva era perfeitamente compatível com as propriedades evolutivas e os fundamentos morais de nossos ancestrais paleolíticos, como explica Vernon L. Smith:

O homem pré-histórico desenvolveu instituições que condicionavam seu uso de recursos. Os direitos de propriedade evoluíram como parte essencial do

ambiente institucional do homem, como resultado das restrições em mudança do ambiente natural e tecnológico. Esses direitos de propriedade poderiam evoluir na ausência de um estado centralizado, porque dependiam da reciprocidade, dependência mútua e formas de controle semelhantes ao estado, alcançadas por meio de laços, costumes e cultura de parentesco mais amplos. Embora os direitos de propriedade iniciais nem sempre fossem privados ou transferíveis, eles restringiam o comportamento individual e de grupo, limitando o acesso a recursos escassos. Nesse sentido, a evolução bem-sucedida da humanidade está intimamente relacionada aos costumes e cultura que moldaram os direitos de propriedade pré-históricos.¹²⁶

Quando voltamos nossa atenção para a sociedade moderna, tão distante da vida de caçadores-coletores em termos de cronologia, tecnologia, cultura e comportamento, à primeira vista, podemos acreditar que ambas são realidades inteiramente diferentes. Essa percepção é tão simplista quanto falsa. Por um

¹²⁶ Smith, Vernon L. (1993) " *Humankind in Prehistory: Economy, Ecology, and Institutions* " em *The Political Economy of Customs and Culture*, editado por Terry L. Anderson e Randy T. Simmons, Copyright 1993 Rowman & Littlefield Publishers

lado, a diferença cronológica de aproximadamente 12.000 anos é irrelevante em termos evolutivos e genéticos, quando comparada aos 150.000 anos de estabilidade comportamental do Paleolítico. Por outro lado, e no que diz respeito ao comportamento moral, podemos encontrar em qualquer período da vida humana moderna a persistência dos mesmos princípios morais pré-históricos básicos, expressos como comportamentos sociais ou como "desiderata".

Devemos sempre considerar desiderata sociais e culturais em qualquer análise de processos morais adaptativos, porque elas transportam o mesmo conteúdo ético que o comportamento. O comportamento é uma prática ativa; as desiderata sociais e culturais são a essência persistente da cognição humana sobre o comportamento. O conteúdo semiótico e a estrutura de nossas desiderata culturais são complexos e agregados ao nosso inconsciente coletivo da mesma maneira que os princípios comportamentais morais. Ambos são elementos universais arquetípicos, e podemos encontrar em ambos os traços e raízes de nossa moralidade arcaica. Conseqüentemente, admitimos que a moralidade humana é universal, que seu conteúdo é composto de arquetipos e expresso através de comportamentos e desiderata.

A Teoria da Agregação considera o valor desses conteúdos semióticos na adaptação social, como Hinde expõe:

A teoria da agregação baseia-se em parte em considerações biológicas relacionadas às forças seletivas que provavelmente agiram em nosso ambiente de adaptação evolutiva. Essa abordagem funcional coloca questões raramente abordadas pelos desenvolvimentistas - por exemplo, por que os humanos são construídos de tal forma que experiências particulares de infância têm resultados específicos? Hoje, muitos comportamentos são direcionados a outros objetivos além da maximização da aptidão inclusiva. Esse fato coloca uma série de perguntas sobre as relações entre desiderata biológicas e culturais e os métodos para avaliar sua agregação. Finalmente, são consideradas as relações das desiderata biológicos e culturais com o objetivo individual do bem-estar psicológico.¹²⁷

Assim, argumentamos que o dia-a-dia de comportamentos morais na sociedade moderna, agregando elementos de muitas situações espaço-temporais diferentes, não altera seus fundamentos pré-históricos e limita-se às adaptações necessárias da sociedade experimentando novas tecnologias, novos

¹²⁷ Hinde Robert A., Stevenson-Hinde Joan. (1990) "Anexo: Desiderata Biológico, Cultural e Individual" - Desenvolvimento Humano 1990; 33: 62-72 (DOI: 10.1159 / 000276503) - Karger.

conhecimentos científicos, muitas influências evolutivas, religiosas, econômicas e políticas, aquisições e perdas culturais. Essas mudanças são superficiais e geralmente relacionadas a características limitadas e circunstanciais do comportamento moral.

Por meio de nossas pesquisas, não foi possível identificar nenhum comportamento moral adaptável e estável introduzido pelos seres humanos modernos, capaz de alterar ou eliminar qualquer um dos princípios morais primais encontrados em nossa pesquisa.

No entanto, devemos levar em conta que a sociedade moderna, com sua complexidade contínua e progressiva, freqüentemente se desvia comportamentalmente para combater situações evolutivas por meio da adoção de práticas e conceitos que violam nossos princípios morais originais. Essas contravenções não são mudanças adaptativas nem a relativa evolução cultural do sistema moral. São apenas contravenções, comportamentos que ofendem os fundamentos da moralidade humana, um contexto contra-evolutivo de um estado social patológico.

Muitas vezes, em muitos lugares, os humanos modernos tentam impor egoísmo, violência, competição, dominação, discriminação, posse, guerra, crueldade e desespero. Nós tentamos até modelar uma sociedade inviável e infecta. Todas essas tentativas, que significam comportamentos contra-evolucionários, prevalecem por um período histórico muito curto, após o qual os fundamentos da moralidade humana afloram de

nosso inconsciente coletivo, onde vivem por incontáveis milênios.

De fato, em um contexto generalizado, observamos que essas deflexões não têm a capacidade de se agregarem ao inconsciente coletivo, apenas porque correspondem a comportamentos sociais em benefício de certos grupos em detrimento de outros, e não como um elemento evolutivo, a ser incorporado ao genoma humano.

Em muitos casos, o processo social derrota, com instrumentos culturais, algumas dessas desvios. Essa reação é o conteúdo principal do que chamamos de "contraculturas", significando a resposta social contra uma cultura dominante que abriga práticas morais contrarrevolucionárias. Em alguns outros casos, a reação pode ser mais complexa do que ações contraculturais, mas são igualmente inevitáveis porque o processo evolutivo é determinante.

Muito curiosamente, na cultura popular, algumas mudanças feitas nos sistemas morais modernos são levadas em consideração como um evento evolutivo, um episódio novo de desenvolvimento ou uma modernização substancial do comportamento social quando, de fato, são apenas a restauração de um princípio moral primitivo, após o fracasso de tentativas sistemáticas de ofendê-lo ou negá-lo.

Ofereço dois contextos contemporâneos: escravidão e sexualidade.

Quando o mundo moderno aboliu os últimos vestígios de escravidão na América do Norte e do Sul, o fato foi celebrado como um avanço social significativo, bem-vindo à modernidade que vem dos mais atuais estágios da evolução humana. Essa interpretação está totalmente errada. A escravidão era desconhecida pelas sociedades paleolíticas e obviamente violava a estrutura do sistema moral paleolítico gravado em nossos genes, que se baseava na igualdade e na colaboração.

A escravidão foi introduzida pelo homem moderno e correspondia à negação de vários comportamentos morais ancestrais. Essa prática falhou em seus propósitos e tornou-se o oposto da modernidade e da evolução, até o ponto em que seu banimento se tornou uma condição para a continuidade da experiência social humana. Esse banimento não representou os avanços dos humanos modernos, mas o retorno ao nosso sistema moral original após muitos desastres causados por sua violação.

O mesmo se aplica à "revolução sexual" dos anos 60, aos movimentos feministas desde o início do século XX, e aos movimentos e conquistas da LGTBI. Os resultados desses movimentos considerados a "evolução da nova moral" são, de fato, o "retorno ao antigo sistema moral" de 150.000 anos atrás, porque as opções de sexualidade e gênero não eram propriamente um problema na sociedade paleolítica. Esses temas se tornaram um problema moral moderno por causa da discriminação e opressão modernas,

provenientes principalmente de ações religiosas, políticas e econômicas contemporâneas.

Esses movimentos contra a discriminação comportamental sexual tiveram sucesso em um curto espaço de tempo, apenas porque a discriminação e a opressão não fazem parte do nosso genoma como comportamentos morais, sendo sua abolição aceitável pela sociedade como um todo.

Toda negação ou ofensa severa ao nosso sistema moral original introduzida pelos humanos modernos teve por resultado, violência, dor, miséria, ódio, desigualdade, feiúra e morte. Eles eram o oposto da evolução e, por essas razões, não tiveram sucesso como modelo comportamental e nunca foram aceitos como identidade cultural.

Portanto, afirmamos que os problemas comportamentais e socioeconômicos da civilização moderna são um confronto dialético entre modelos contrarrevolucionários e os fundamentos morais genéticos humanos. Se os teóricos da “Teoria dos Jogos” (como o brilhante John Maynard Smith) estão certos, e se a teoria é de alguma forma aplicável aos processos morais de decisão, com certeza, os jogadores modernos estão fazendo o jogo errado. O lucro imediato de alguns indivíduos e grupos pode ser vantajoso em pouco tempo, mas a mesa na qual eles jogam o jogo está sob risco grave.

Nesse contexto, a filosofia deve desempenhar um papel relevante para uma melhor compreensão

da natureza e do comportamento social humano. Infelizmente, não podemos dizer que isso é verdade.

Toda a filosofia social e política, da Grécia antiga até os dias atuais, é apenas uma coleção de ensaios conflitantes, superficiais e inúteis sobre os graves problemas decorrentes dos desvios de nosso sistema moral genético. O pensamento filosófico enfrenta passivamente esses graves problemas, entendendo-os como uma circunstância contextual do ser humano moderno, que deve ser aceito como realidade e, de alguma forma, justificado e organizado.

Ao longo de sua história, a Filosofia Política e seus teóricos, de uma ou outra forma: (i) justificaram ou ignoraram a escravidão e a miséria, (ii) justificaram a desigualdade, estimulando a concorrência e posse ilimitadas, (iii) teorizaram contratos sociais imaginários que apóiam e regulam a exclusão, dominação e injustiça, (iv) justificaram ou silenciosamente contribuíram com a estupidez da guerra, violência e dominação, genocídio, tortura e submissão humana por razões religiosas, políticas e econômicas, (v) aceitaram e estimularam o colonialismo em benefício das sociedades dominantes, (vi) propuseram que o valor da existência humana pudesse ser calculado por uma equação das relações custo-benefício, (vii) propuseram conflitos violentos de classes e um estado totalitário, eliminando a liberdade e o livre arbítrio, para lidar com a desigualdade, (viii) disseminaram a crença de que uma mão mágica e invisível cuidaria de esculpir a justiça social, (ix)

desviaram sua atenção da extrema miséria e do sofrimento humano.

As atitudes contraevolucionárias criam um lixo cultural, o qual muitas vezes se disfarça sob o palavreado de teorias filosóficas e retóricas ideológicas.

A filosofia social e política ocidental sempre foi espectadora passiva e estéril da tragédia humana e ainda não entendeu, de maneira clara e simples, a essência de todo pensamento universal: o significado da humanidade e o valor cosmológico intrínseco da vida.

Não há filosofia sem cosmologia. Sem fundamentos cosmológicos, "a filosofia está morta".¹²⁸

Nesse confronto entre evolução, egoísmo e cegueira, com certeza, a evolução prevalecerá, mesmo que isso possa significar a extinção de nossa espécie, uma vez que a evolução é um processo cosmológico, e não um fenômeno humano, e prosseguirá com ou sem humanos. Por outro lado, o Homo sapiens não sobreviverá sem adaptação biológica e social ao processo evolutivo.

¹²⁸ Hawking, Stephen e Mlodinow, Leonard (2012) "The Grand Design". Bantam; Reimpressão edição - p5

Queremos encerrar este trabalho repetindo a mesma citação usada na primeira página:

"A evolução é um processo que envolve variação cega e retenção seletiva."¹²⁹

¹²⁹ TD Campbell "Variação e Retenção Seletiva na Evolução Sociocultural", em HR Barringer, BI Blanksten e RW Mack, eds., Mudança Social em Áreas em Desenvolvimento. Nova York

BIBLIOGRAFIA (EM ORDEM ALFABÉTICA)

A

Abdullah Sliti (2014) "Ética Islâmica: Teoria do Comando Divino no Pensamento Árabe-Islâmico, Islã e Relações Cristã-Muçulmanas", 25: 1, 132-134, DOI: 10.1080 / 09596410.2013.842089

Adams, Robert M. (1987). A virtude da fé e outros ensaios em teologia filosófica ". Nova York: Oxford University Press.

Adams, Robert M. (1999). "Bens finitos e infinitos". Nova York: Oxford University Press.

Airoboman, Felix Ayemere - (2017) "Uma reflexão crítica sobre a Teoria da Moralidade do Comando Divino." Ewanlen. A Journal of Philosophical Inquiry <https://www.academia.edu/36768829/3>.

Al-Attar, Mariam. (2010). " Ética Islâmica: Teoria do Comando Divino no Pensamento Árabe-Islâmico ". Routledge; 1 edição. ISBN: 9788571024040

Alen, S - (2015) "Linguagem e cultura espiritual na idade da pedra" - <http://www.shorthistory.org/prehistory/language-and-spiritual-culture-in-old-stone-age/> - acessado Mar, 11- 2019

Alston, William P. (1989). Justificativa Epistêmica: Ensaio na Teoria do Conhecimento. Imprensa da Universidade de Cornell.

Armstrong, David (1973). Crença, verdade e conhecimento. CUP Archive, 1973-p ISBN0521097371, 9780521097376

Austin, Michael W. "Teoria do Comando Divino" - na Enciclopédia da Filosofia na Internet -<https://www.iep.utm.edu/divine-c/#H7>- recuperado em 18 de agosto de 2018

B

Balter, Michael (2008) - "Valores pré-históricos da família" -em <https://www.sciencemag.org/news/2008/11/prehistoric-family-values> - acessado em 12 de dezembro de 2018

Bentham, Jeremy (1948) - "Uma introdução aos princípios de moral e legislação" - Nova York, Hafner

Publishing Co. 1948 - Capítulo 1 - Do princípio de utilidade.

Birch, Jonathan (2017) Resenha: Michael Tomasello // "Uma história natural da moralidade humana." *Jornal britânico para a filosofia da ciência - revisão de livros.* ISSN 0007-0882.

Blatner, Adam, MD - (2019) "A Relevância do Conceito de Arquétipo" - <https://www.blatner.com/adam/level2/archetype.htm> - acessado em 14 de maio -

Boehm, Christopher (2017) - "Punição capital pré-histórica e efeitos evolutivos paralelos" - *Minding Nature: Spring, Volume 10, Número 2*, em <https://www.humansandnature.org/prehistoric-capital-punishment-and-parallel-evolutionary-effects> - acessado em 11 de março de 2019

Bohem, Christopher (2012) "Origens Morais: A Evolução do Altruísmo, Vergonha e Virtude" - Nova York: Livros Básicos.

Boehm, Christopher (2014) "As consequências morais da seleção social" - *Comportamento (JO)* 171 (2014): 167-83. 10.1163 / 1568539X-00003143

Bohem, Christopher (2017) - "Punição capital pré-histórica e efeitos evolutivos paralelos" - *Minding Nature: Spring 2017, Volume 10, Número 2*

BonJour, Laurence (1985). *A estrutura do conhecimento empírico.* Cambridge, MA: Harvard University Press.

Boyd, Richard (1988). Em G. Sayre-McCord (ed.), *Essays on Moral Realism.* Imprensa da Universidade de Cornell. 181-228 (1988)

Breed, Michael D. e Moore, Janice (2011) "Animal Behavior" - Academic Press; 1 edição ISBN-10: 012372581X - ISBN-13: 978-0123725813

Brink David O, - "Realismo moral e os fundamentos da ética" - Estudos de Cambridge em Filosofia - Cambridge University Press - ISBN 0 52135937.

Buchanan A, R. Powell - (2015). "Os limites das explicações evolutivas da moralidade e suas implicações para o progresso moral". Ética.

Burkart JM, Hrdy SB, Schaik CPV (2009). "Criação cooperativa e evolução cognitiva humana." *Evol. Anthropol.* 18, 175–186.10.1002 / *evan.20222* (doi: 10.1002 / *evan.20222*)

Brune, M. e Brunecohrs, U. (2006). "Teoria da mente - evolução, ontogênese, mecanismos cerebrais e psicopatologia". *Neuroscience & Biobehavioral Reviews*, 30: 437-455.

C

Cahn, Steven, M. (2012) *Explorando a filosofia: uma introdução à ontologia*. Nova York, Oxford: Oxford University Press

Campbell, TD (1965) "Variação e retenção seletiva na evolução sociocultural", apud HR Barringer, BI Blanksten e RW Mack, eds., *Mudança social em áreas em desenvolvimento*. Nova York: Schenkman.

Changeux, JP (1985) *Homem Neuronal: A Biologia da Mente*. Oxford: Oxford University Press.

Chisholm, Roderick (1966). Teoria do Conhecimento, Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

Churchland, Patricia S. (2014) "Tocando em um nervo: nossos cérebros, nossos eus" - WW Norton & Company - ISBN-10: 0393349446 / ISBN-13: 978-0393349443

Clarke, R. (2003) "Incompatibilismo". In: CLARKE, R.. Oxford University Press, p. 3-14.

Clark JD (2001). "Variabilidade nas tecnologias primárias e secundárias do Acheuliano posterior na África." Em um período muito remoto: artigos sobre o paleolítico apresentados a Derek Roe (Eds Miliken S., Cook J., editores.), Pp. 1-18 Oakville, CT: Oxbow Books

Clottes, Jean e David Lewis-Williams (1998), "Os Xamãs da Pré-História: Transe e Magia nas Cavernas Pintadas". Nova Iorque: Harry Abrams

Cohen, LJ (1986): O Diálogo da Razão: Uma Análise da Filosofia Analítica, Oxford: Clarendon Press

Collingwood, RG (2014) "Um ensaio sobre o método filosófico" - Martino Fine Books

Conkle, DO (2000) "O caminho da liberdade religiosa americana: da teologia original à neutralidade formal e um futuro incerto". Indiana Law Journal, vol. 75, n. 1

Crowe, MB, (1977) "The Change Profile of the Natural Law", Haia: Nijhoff.

D

Delagnes, A., Roche H. (2005). "Habilidades tardias de manejo dos homínídeos do Plioceno: o caso de Lokalalei 2C, Turkana Ocidental, Quênia". *J. Hum. Evol.* 48, 435–472.10.1016 / j.jhevol.2004.12.005 (doi: 10.1016 / j.jhevol.2004.12.005)

Danaher, J. SOPHIA (2017). "Em defesa da objeção epistemológica à teoria do comando divino" - Primeira publicação online em 19 de outubro de 2017 - DOI <https://doi.org/10.1007/s11841-017-0622-9>

Darwall, Stephen (2006). "O ponto de vista da segunda pessoa: moralidade, respeito e responsabilidade", Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.

Darwin, Charles (1871). "A descendência do homem e a seleção em relação ao sexo", London-John Murray

Despain, David - "Os primeiros seres humanos usaram força cerebral, inovação e trabalho em equipe para dominar o planeta" em *Scientific American* - em <https://www.scientificamerican.com/article/humans-brain-power-origins/> - recuperado em 03 de agosto de 2019.

Donagan, Alan. (1977). "A teoria da moralidade." Chicago: Imprensa da Universidade de Chicago.

Donald, M. (2009) 'As raízes da arte e da religião na cultura material antiga', em Renfrew, C & Morley, apud Ambrose, Darren - "A afetividade da arte pré-histórica(Parte2)"em

<https://dcambrose.com/philosophy/the-affectivity-of-prehistoric-art-part-2/> - acessado em 21 de abril de 2019

Dyson, L., Stephen e M. Gero, Joan e Conkey, Margaret. (1992). Produzindo Arqueologia: Mulheres e Pré-História ". Revista de História Interdisciplinar. 23. 309. 10.2307 / 205279.

E

"Ética de acordo com Immanuel Kant – Sapiência da Ética." (sd). Disponível em: <https://www.ethicssage.com/2017/05/ethics-according-to-immanuel-kant.html>.

F

Fagan, Brian M - (1998) "Da Terra Negra ao Quinto Sol: A Ciência dos Locais Sagrados" - ISBN 0-20195991-7 -.

Fehr, E., e Fischbacher, U. (2003). " A natureza do altruísmo humano ". Nature 425: 785-791.

Ferraro, JV (2012) "Uma cartilha sobre tecnologia paleolítica". Conhecimento em Educação da Natureza 4 (2): 9

Finer, SE (1999) "A História do Governo: As Idades Intermediárias", Oxford: Oxford University Press.

Francisco J. Ayala (2010) - "À luz da evolução: volume IV: a condição humana." Academia Nacional de Ciências (EUA); Avise JC, Ayala FJ, editores. Washington (DC): National Academies Press (EUA); em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK210003/>).

G

Galadari, Abdulla. (2011). Ciência versus religião: o debatetermina. Em https://www.researchgate.net/publication/228175424_Science_vs_Religion_The_Debate_Ends- acessado em 6 de abril de 201

Gash, DM e Deane, AS (2015) "Herança baseada em neurônios e evolução humana". *Neurosci.* 9: 209. doi: 10.3389 / fnins.2015.00209.

Gilkeson, John S. (2010) - "Antropólogos e a redescoberta da América, 1886–1965" - Cambridge University Press - Online ISBN: 9780511779558 - DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511779558>

Goldenberg, NR (1989). "Teoria arquetípica e a separação da mente e do corpo." Em J. Plaskow e CP Christ (eds.), "Tecendo as visões: novos padrões na espiritualidade feminista". Nova Iorque: Harper & Row.

Gonzalez, Pedro Blaz (2014) - "A Economia do Ser" - *Cultura. International Journal of Philosophy of Culture and Axiology* 11 (1) / 2014: 23–39

Grafen, Alan - (2007) "Detectando seleção de parentes no trabalho usando aptidão inclusiva" - Proc Biol Sci. 2007 7 de março; 274 (1610): 713-719. Publicado online 2006 Dec 12. doi: 10.1098 / rspb.2006.0140 ---- 00PMID: PMC2197210 /

Gray, Peter (2012) "As origens da moralidade: um relato evolutivo" - Dennis L. Krebs, 2011 Oxford, Reino Unido, Oxford University Press 291 pp. ISBN 978-0199778232, Journal of Moral Education, 41 : 2, 264-266, DOI: 10.1080 / 03057240.2012.680715

H

Lebre, John. (1997). "A diferença moral: ética kantiana, limites humanos e assistência de Deus". Nova York: Oxford University Press.

Lebre, John. (2000) "Naturalismo e moralidade." In Naturalism: A Critical Analysis. Editado por William Lane Craig e JP Moreland. Nova Iorque: Routledge: 189-212.

"Utilitarismo das preferências de Hare: uma visão geral e crítica",
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-317320130002000 - acessado em 30 de junho de 2019.

Harman, Gilbert e Thomson, Judith Jarvis (1996) - "Relativismo Moral e Objetividade Moral" - BM; 1 edição ISBN-10: 0631192115 / ISBN-13: 978-0631192114 - pp. 3-5. 3

Hawking, Stephen e Mlodinow, Leonard (2012) "The Grand Design" Bantam; Reimpressão.

Henshilwood, Christopher S. e Marean, Curtis W. (2003) - "A origem do comportamento humano moderno - crítica dos modelos e suas implicações nos testes" - em *Current Anthropology* Volume 44, Número 5, Dezembro 5, dezembro de 2003 pela Fundação Wenner-Gren para Pesquisa Antropológica - pg.628.

Hinde Robert A., Stevenson-Hinde Joan. (1990) "Anexo: Desiderata Biológica, Cultural e Individual" - *Desenvolvimento Humano* 1990; 33: 62-72 (DOI: 10.1159 / 000276503) - Karger.

Hollis, Martin (1994). "A filosofia das ciências sociais: uma introdução". Cambridge. ISBN 978-0-521-44780-5.

Hoffman, M, E Yoeli, CD (2016) "Teoria dos jogos e moralidade. A evolução da moralidade, Springer ". Navarrete.

"Como a teoria do comando divino está relacionada à ética" apud <https://www.compellingtruth.org/divine-command-theory.html> (acessado em 30 de junho de 2019)

HR Barringer, BI Blanksten e RW Mack (1965) - "Mudança social em áreas em desenvolvimento" - Nova York: Schenkman

Hume, David - (1958) "Um tratado da natureza humana" - AD Lindsay - - *Philosophical Quarterly* 8 (33): 379-380.

I

Imtiaz, Adam (2015) - "Teoria das Formas de Platão"
 - Apud "imprint" em
<http://uwimprint.ca/article/platos-theory-of-forms/>
 acessado em 24 de julho de 2019

J

Jordan, J. (2006). "O teísmo cético leva ao ceticismo moral?" *Philosophy and Phenomenological Research*, 72 (2), 403-417. <https://doi.org/10.1111/j.1933-1592.2006.tb00567.x>

Joyce, R. (2001). "O mito da moralidade." Cambridge: Cambridge University Press.

Jung, Carl G. (1952). "Sincronicidade: Um Princípio de Conexão Acausal" -. Obras Coletadas (Vol. 8). Princeton, NJ: Princeton University Press.

Jung, Carl G., (1933) "O homem moderno em busca de uma alma" - Harcourt, Brace & World, -ISBN 0156612062, 9780156612067

Jung, Carl G., (1968) "Homem e seus símbolos" - Dell Publishing Co., Inc.

Jung, CG (1939). "Arquétipos do inconsciente coletivo." In, *A integração da personalidade* (Collected Works, V.9, Nova York: Farrar & Rinehart).

Jung, Carl G. (2014) "As relações entre o ego e o inconsciente" - Princeton University Press; 2nd ed.

K

Kant, Emanuel. (1993). "Crítica da razão prática". Terceira edição. Traduzido por Lewis White Beck. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall.

"A filosofia moral de Kant" (Stanford Encyclopedia of Philosophy). <https://plato.stanford.edu/entries/kant-moral/>

Krebs, Dennis L. (2011) - "As Origens da Moralidade: Uma Consideração Evolucionária", Oxford, Reino Unido, Oxford University Press 291 pp. ISBN 978-0199778232

Kohlberg, Lawrence - (1969) "Stage and Sequence: The Cognitive-Developmental Approach to Socialization". No Manual de Socialização. G. Goslin. Chicago: Rand McNally.

L

Laplane, Lucie - Mantovani, Paolo - Padreu, Thomas e outros (2019) - "Por que a ciência precisa de filosofia" Anais da Academia Nacional de Ciências <http://www.pnas.org/content/116/10/3948>.

Lashley, K. (1951). "O problema da ordem em série no comportamento". Em "mecanismos cerebrais no

comportamento" (ed. Jeffress LA, editor.), Pp. 112–136
Nova York, NY: John Wiley

Laughlin, Charles D. e Eugene G. D'Aquili (1974)
"Estruturalismo Biogenético" - Nova York: Columbia
University Press, ISBN 0231038178

Laughlin, Charles D., John McManus e Eugene G.
d'Aquili (1990) "Cérebro, Símbolo e Experiência: Rumo
a uma Neurofenomenologia da Consciência". - New
Science Library, 1990

Laughlin, Charles D. (1996) "Archetypes, Neurognosis,
and the Quantum Sea". *Jornal da exploração
científica*, (1996) - 375400

Layton, Robert / O'Hara, Sean / Bilsborough, Alan -
"Antiguidade e funções sociais da organização
social multinível entre caçadores-coletores
humanos" - *International Journal of Primatology*
Volume 33, Edição 5, pp 1215–1245 DOI <https://doi.org/10.1007/s10764-012-9634-z> Nome do
editor Springer US - Print ISSN 0164-0291 Online
ISSN 1573-8604

Lewis-Williams, David J. (2002) "A mente na caverna:
consciência e origem da arte". Londres: Tamisa e
Hudson

Locke, John (1824) - "Um ensaio sobre o
entendimento humano". 25o. Ed. Londres, 1824 -
Impressão W. Dowall - Livro II, Capítulo XXI, pág. 319

Locke, John. (1988). "Ensaio sobre a lei da natureza",
W. von Leyden (ed.), Oxford: Oxford University Press.

M

MacIntyre. Alasdair C. (1999) - "Animais Racionais Dependentes: Por que os seres humanos precisam das virtudes". Publicação em Tribunal Aberto - ISBN 081269452X, 978081269452

Mackie, JL (1978). "Pode haver uma teoria moral baseada em direitos?" Estudos do Meio-Oeste em Filosofia 3 (1): 350-359.125

Markie, Peter, "Racionalismo versus Empirismo", A Enciclopédia Stanford de Filosofia

Massey, Reginald e Massey, Jamila (1993). " A música da Índia "- Kahn & Averill Publishers; Edição revisada

Matthew, Kieran (1996) - "Arte, imaginação e cultivo da moral" (arte) The Journal of Aesthetics and Art Criticism - vol. 54, n. 4, pp. 337-351

McKeever, Matthew - A beleza da filosofia analítica. <https://mipmckeever.weebly.com/things-ive-written.html> - recuperado em 8 de abril de 2019.

McKenna, Bretanha, em "Teoria do direito natural: definição, ética e exemplos" -<https://study.com/academy/lesson/natural-law-theory-definition-ethics-examples.html#transcriptHeader> - acessado em 6 mar 2019

Mesoudi A., O'Brien MJ (2008). "O aprendizado e a transmissão de modelos culturais hierárquicos." Biol. Teoria 3, 63–72.10.1162 / biot.2008.3.1.63 (doi: 10.1162 / biot.2008.3.1.63) 17. Pelegrin, J., 1990. Tecnologia política pré-histórica: alguns aspectos da pesquisa. Archaeol. Rev. Cambridge 9, 116–125

Mesoudi A., Whiten A. (2004.) "A transformação hierárquica do conhecimento de eventos na transmissão cultural humana". *J. Cogn. Culto.* 4, 1-2410.1163 / 156853704323074732 (doi: 10.1163 / 156853704323074732)

Metzner, R. (1986). "Abertura à luz interior: a transformação da natureza e consciência humanas." Los Angeles: JP Tarcher.

Miller GA, Pribram KH, Galanter E. (1960). "Planos e A estrutura de comportamento." Nova York, NY: Holt, Reinhart e Winston

Mithen, Steven - "A pré-história inicial do comportamento social humano" - Questões de referência arqueológica e evolução cognitiva - Anais da Academia Britânica - 88, pg.145 / 177

Mithen, S. (1999). "Imitação e mudança cultural: uma visão da Idade da Pedra, com referência específica à fabricação de machados." Na aprendizagem social em mamíferos: perspectivas comparativas e ecológicas (eds Box HO, Gibson KR, editores.), Pp. 389–413 Cambridge, MA: Cambridge University Press.

Mithen, Steven. (1999) - "A pré-história da mente: as origens cognitivas da arte, religião e ciência" - Thames & Hudson; 1ª edição.

Modell, AH (2003). "Imaginação e o cérebro significativo". Cambridge, Massachusetts: MIT Press

"Moralidade - O Dilema do Eutíforo" (2019) - Islam Stack Exchange. (sd). acessado de <https://islam.stackexchange.com/questions/46742/the-euthyphro-dilemma->, 8 a maio de 2019

N

Nozick, R., (1974), "Anarchy, State and Utopia", Nova York: Basic Books.

O

Otsuka, M., (2006), "Salvando Vidas, Teorias Morais e Reivindicações de Indivíduos", *Philosophy and Public Affairs*, vol.

Owen, R. (1857). "Sobre os personagens, princípios de divisão e grupos primários da classe Mammalia." *J. Proc. Linn. Soc.* 2, 1 a 37

P

Palacio-Pérez, Eduardo e Redondo, Aitor Ruiz (2015) - "Criaturas imaginárias na arte paleolítica: sonhos pré-históricos ou sonhos dos pré-históricos?" DOI: <https://doi.org/10.1017/S0003598X00050341> 2015

Parfit, D., (1987), "Razões e Pessoas", Oxford: Clarendon Press.

Patten, MM (2017) "Seleção parental" no Módulo de Referência em Ciências da Vida - <https://www.sciencedirect.com/topics/biochemistry->

genetics-and-molecular-biology/kin-selection -
 acessado em 28 de julho de 2019

Piaget, J. (1971). "Biologia e conhecimento: um ensaio sobre as relações entre regulamentos orgânicos e processos cognitivos." Oxford, Inglaterra: U. Chicago Press.

Piaget, Jean - (1973) "Inconsciente Afetivo e Inconsciente Cognitivo na Criança e na Realidade" Traduzido por A. Rosin. Oxford, Inglaterra: Grossman.

Pearson, Carol S (1996)., "Arquétipos, Neurognose e Mar Quântico" (art.) - *Jornal de Exploração Científica* 1996 - em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.456.710> - acessado em 26 de julho de 2019

Pedersen, Norman (2017) "A Semente da Civilização - As Origens da Guerra, Casamento e Religião" — SÓL-Earth Publishers - ISBN 978-1978169531;

Pedersen, Norman (2014) "Quando o nome de Deus foi dito pela primeira vez: corrigindo equívocos sobre a pré-história" — SÓL-Earth Publishers ISBN-10: 1505457068

Pedersen, Norman - "Vieses sobre a pré-história" <https://pedersensprehistory.com/biases-about-prehistory> - recuperado em 18 de março de 2019.

People, Hervey C., Duda, Pavel e Marlowe, Frank W. (2016), "Hunter-Gatherers and the Origins of Religion", *Hum Nat Journal* - set; 27 (3): 261-82. Doi: 10.1007 / s12110- 016-9260-0

Platão. (1981). "Cinco diálogos: Eutifro, Apologia, Crito, Meno, Fédon." Traduzido por GMA Grube. Indianapolis, Indiana: Hackett Publishing Company.

Powell A., Shennan S., Thomas MG (2009). "Demografia do Pleistoceno Superior e a aparência do comportamento humano moderno". *Science* 324, 1298–130110.1126 / science.1170165 (doi: 10.1126 / science.1170165)

Q

Quinn, Philip. (1992). "O primado da vontade de Deus na ética cristã". *Perspectivas Filosóficas* 6: 493-513.

Quinn, Philip L. (1978). "Comandos divinos e exigências morais." Oxford: Clarendon Press

R

Rayner, Sam (2005) "Demasiado intenso para o princípio: um exame da teoria e implicações filosóficas da ética evolucionária", *Macalester Journal of Philosophy*: vol. 15: Iss. 1, artigo 6. <https://digitalcommons.macalester.edu/philo/vol15/iss1/6->

Rizzolatti, G. (2008). "Espelhos no cérebro: como nossas mentes compartilham ações", *Emotions*. Oxford; Nova York: Oxford University Press

Roche, H. (2005). " Do descamação simples à modelagem: evolução das pedras preciosas entre os primeiros homínios. Em *Stone knapping: as*

condições necessárias para um comportamento único de hominina "(eds Roux V., Bril B., editores.), Pp. 35–48 Cambridge, MA: Instituto McDonald de Pesquisa Arqueológica

Russell, Bertrand (1914) - "Nosso conhecimento do mundo externo como um campo para o método científico em filosofia". - Londres: Allen & Unwin

Russell, Bertrand (1954) "Sociedade Humana em Ética e Política". Londres - Allen & Unwin

Russell, Bertrand (1968) - "A Arte de Filosofar e Outros Ensaios". - Biblioteca Filosófica de Nova York

Russel, Bertrand (1912) - "Conhecimento por familiaridade e conhecimento por descrição" Proceedings of the Aristotelian Society, 11: 108–128., The Problems of Philosophy, Oxford: Oxford University Press.

S

Sagi, Avi e Statman, Daniel - "Comando Divino da Moralidade e Tradição Judaica" no The Journal of Religious Ethics Vol. 23, No. 1 (Spring, 1995), pp. 39-67

Stevens, A. (1982). "Arquétipos: uma história natural do eu". Anthony Stevens. William Morrow & Co., Nova Iorque, 1982.

Sandel, Michael (2016) - ""Justiça"- Farrar, Straus and Giroux; Reprint edition (August 17, 2010)
ISBN-10: 0374532508

Shapiro, Ian (2012) - "Os fundamentos morais da política" - Yale University Press; Reimpressão 2012

Schwartz, Barry e Sharpe Kenneth (2011) - "Sabedoria prática: o caminho certo para fazer a coisa certa" - Riverhead Books; Ed. Reprint (2011 - ISBN-10: 1594485437; ISBN-13: 978-1594485435).

Shin Kim Hanuk (2016) - "Realismo Moral" - Enciclopédia Internacional de Filosofia - em <https://www.iep.utm.edu/moralrea/> - acessado em 5 de julho de 2019

Shultz S, Nelson E., Dunbar RI. (2012) "Evolução cognitiva do homínido: identificação de padrões e processos no registro fóssil e arqueológico". *Transações Filosóficas da Royal Society B: Ciências Biológicas*. 2012; 367 (1599): 2130–40. pmid: 22734056

Smith, Vernon L. (1993) "Humankind in Prehistory: Economy, Ecology, and Institutions" em *The Political Economy of Customs and Culture*, editado por Terry L. Anderson e Randy T. Simmons, Copyright 1993 Rowman & Littlefield Publishers

Sober, Elliott e Sloan, David Wilson (1998) "Para os outros: a evolução e a psicologia do comportamento altruísta" - Harvard University Press

Sosa, E. e Tooley, M. (1993) "Causation" Oxford University Press.

Stout D. (2005). "O contexto social e cultural da aquisição de habilidades para esculpir pedras. Em *Knapping Stone: as condições necessárias para um comportamento exclusivamente homínido* "(eds

Roux V., Bril B., editores.), Pp. 331-340 Cambridge, MA: McDonald Institute for Archaeological Research

Striker, Gisela (1986). "Origens do conceito de direito natural". Anais do Colóquio da Área de Boston em Filosofia Antiga, 2: 79-94.

Stump, Eleonore e Norman Kretzmann. (1985). "Simplicidade absoluta." Fé e Filosofia 2: 353-382

T

Tennie C., Call J., Tomasello M. (2009). "Movendo por etapas: sobre a evolução da cultura cumulativa." Phil. Trans. R. Soc. B 364, 2405–2415.10.1098 / rstb.2009.0052 (doi: 10.1098 / rstb.2009.0052) [artigo livre do PMC]

Thagard, Paul - (2019) "As Origens da Moralidade" - Psychology Today. (sd). acessado de <https://www.psychologytoday.com/us/blog/hot-thought/201311/the-origins-morality> em 12 de maio de 2019

Thagard, Paul. (2012) - "Onze dogmas da filosofia analítica" - em Psychology Today - <https://www.psychologytoday.com/us/blog/hot-thought/201212/eleven-dogmas-analytic-philosophy>

Thompson, Michael (1995). "The Representation of Life", em Rosalind Hursthouse, Gavin Lawrence e Warren Quinn (orgs.), Virtues and Reasons, Oxford: Oxford: Oxford University Press, pp. 247-296.

Tomasello, Michael - "Uma História Natural da Moralidade Humana". Apud <https://mipmckeeever.weebly.com/things-ive-written.html> - acessado em 30 de junho de 2019.

Tomasello, M. (1999). "As origens culturais da cognição humana." Cambridge, MA: Harvard University Press

Tse, Peter Ulrich (2015) - "A Base Neural do Livre Arbítrio: Criterial Causal" The MIT Press-ISBN 10: 0262528312

V

Vernon, Mark. (2011) "Carl Jung: Os arquétipos existem?" <https://www.theguardian.com/commentisfree/belief/2011/jun/20/jung-archetypes--structurind-principles> - acessado em 26 de julho de 2019

Voyatsis, Mary E. (1998). "De Athena a Zeus: Um Guia de AZ para as Origens das Deusas Gregas", em Lucy Goodison e Christine Morris, orgs. Deusas antigas. Madison, W: Universidade de Wisconsin. 132-147.

W

Wainwright, William (1998) - "Filosofia da Religião" - Cengage Learning; 2 edição (4 de agosto de 1998) p.101

Wallace AR (1870). "Contribuições para a teoria da seleção natural, uma série de ensaios." Londres, Reino Unido: Macmillan

Walls, Neal H., Jr. (1992). "A deusa Anat no mito ugarítico." Atlanta, GA: estudiosos.

Wenegrat, B. (1990). O arquétipo divino. Lexington, MA: Livros de Lexington / DC Heath & Co.

West SA, Griffin AS, Gardner A. (2007) "Semântica social: altruísmo, cooperação, mutualismo, forte reciprocidade e seleção de grupos". *J. Evol. Biol.* 20, 415-432. (Doi: 10.1111 / j.14209101.2006.01258.x) Crossref, PubMed, ISI, Google Scholar- Apud Woodford Nota 18.

Westenholz, Joan (1998). "Deusas do antigo Oriente Próximo 3000-1000 aC", em Lucy Goodison e Christine Morris, orgs. *Deusas antigas.* Madison, WI: Universidade de Wisconsin. 62-82

"O que é utilitarismo? Definição e significado. " acessado em 30 de junho de 2019. <http://www.businessdictionary.com/definition/utilitarianism.html> -

Whitehouse, RD (1992). "Religião subterrânea: culto e cultura na Itália pré-histórica." Londres: Accordia Research Center, Universidade de Londres.

Whiten A., Horner V., Marshall-Pescini S. (2003). "Panthropology Cultural". *Evol. Anthropol.* 12, 92–10510.1002 / evan.10107 (doi: 10.1002 / evan.10107)

Whiten A., van Schaik C. (2006). "A evolução das 'culturas' animais e inteligência social." *Phil. Trans. R. Soc. B* 362, 603–62010.1098 / rstb.2006.1998 (doi: 10.1098 / rstb.2006.1998) [artigo livre do PMC]

Wilson, Edward Osborne "A Criação: Uma Reunião de Ciência e Religião" - Norton ISBN 978-0-393-06217-5

Wilson, Edward Osborne. - (1975) - "Sociobiology: The New Synthesis" - *Jornal da História da Biologia* 33 (3): 577-584.

Woodford, Peter (2019) - "Avaliando a aptidão inclusiva" - *Royal Society Open Science* -Publicado: 26 de junho de 2019 <https://doi.org/10.1098/rsos.190644>

Y

Yinger, J. Milton (1960) "Contracultura e Subcultura" de *American Sociological Review*, vol. 25, No. 5 -Oct. 1960- pág. 625-635

Z

Zahn, Roland / Souza, Ricardo de Oliveira / Moll, Jorge - "Fundação Neural da Moralidade" <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-097086-8.56026-7> - recuperado em 29/07/2019

Zolla, E. (1981). "Arquétipos: a persistência de padrões unificadores." Nova York: Harcourt Brace Jovanovich.